Monitor Mercantil

INÊS 249

EDIÇÃO NACIONAL • R$ 3,00
Terça-feira, 4 de outubro de 2022
Ano CVII • Número 29.215
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

ELEIÇÕES, DIVERSIDADE E ESG

Intersecção natural e necessária com o conceito de cidadania plena. Por João Roncati, **página 2**

INSS DIFICULTA ISENÇÃO POR DOENÇAS GRAVES

Lista de 16 doenças definidas pela Lei 7.713/88 assegura a imunidade. Por Bruno Farias, **página 2**

STF: FÉRIAS FORA DO PERÍODO

Supremo invalida súmula do TST que previa pagamento em dobro. Por Suzanne Gouveia de Vasconcelos, **página 4**

Reino Unido desiste de reduzir IR dos mais ricos

O governo britânico anunciou nesta segunda-feira que desistiu de acabar com a alíquota mais alta do Imposto de Renda – que é de 45% – após uma enorme turbulência financeira e duras críticas de dentro do Partido Conservador. Está claro que a abolição "se tornou uma distração de nossa missão primordial de enfrentar os desafios que nosso país enfrenta", tuitou o secretário do Tesouro, Kwasi Kwarteng.

"Isso nos permitirá focar em entregar as principais partes de nosso pacote de crescimento, incluindo apoio às contas de energia, outros planos de corte de impostos e reformas do lado da oferta", acrescentou.

Em 23 de setembro, Kwarteng divulgou o maior pacote de redução de impostos desde 1972, citando que a alíquota máxima era mais alta do que países como Noruega, Estados Unidos e Itália, e a remoção foi projetada para atrair os melhores talentos. Atualmente, a taxa básica de Imposto de Renda do Reino Unido é de 20% e aumenta para 45% para ganhos acima de £ 150 mil.

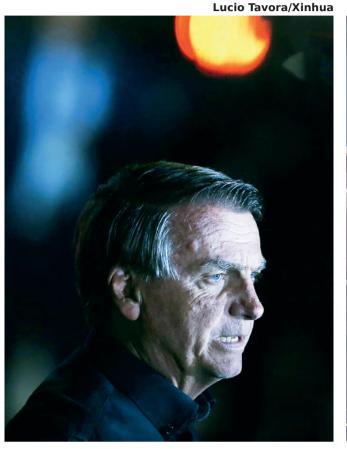
A declaração de 23 de setembro colocou os mercados financeiros em turbulência com a queda da libra esterlina para mínimas recordes, e os custos de empréstimos do governo aumentaram acentuadamente. Os investidores estão preocupados que a política aumente o endividamento público, traga séria incerteza fiscal e impulsione a já alta inflação.

O pacote não se limitava a mexer no Imposto de Renda. Também estão previstas reduções em taxas pagas por empresas, no que se assemelha à reedição da trickle-down economics, concedendo benefícios fiscais a companhias e pessoas de alta renda com o argumento de que os benefícios se espalharão pela economia.

O plano de eliminar a alíquota máxima do imposto também foi criticado pelos conservadores por temores de que o governo possa perder o contato com os eleitores. O ex-secretário de Transportes Grant Shapps comentou no domingo em um artigo da mídia que "os conservadores não devem governar assim".

"Como conservador, acredito apaixonadamente em impostos mais baixos e em uma cidade de Londres vibrante e competitiva, mas não é hora de fazer grandes doações para aqueles que menos precisam", disse Shapps.

Lucio Tavora/Xinhua

Rahel Patrasso/Xinhua

Reação de Bolsonaro agrada mercado, que prevê vitória de Lula

Bolsa dispara e dólar cai após resultado das eleições

Em três semanas saberemos o resultado do segundo turno, mas até lá a projeção dos analistas de mercado é que haja volatilidade na Bolsa de Valores. "O mercado já precificava uma vitória do Lula. Diversos players me confidenciaram que era certa a vitória do Lula, talvez já no primeiro turno. Então não acho que isso mude alguma coisa. Com o Bolsonaro mostrando força, a semana promete. Bolsa deve ficar bem volátil", avalia Rodrigo Cohen, analista de investimentos e cofundador da Escola de Investimentos.

A Bolsa (B3) fechou esta segunda-feira com expressiva alta de 5,4%, aos 116.134,46 pontos, com as ações da Petrobras subindo quase 8%. O dólar fechou em queda de 4,09%, para R$ 5,174. Os índices das Bolsas dos Estados Unidos também tiveram alta expressiva, e o dólar caiu em relação às demais moedas.

Pesquisa realizada pela Warren Investimentos e Renascença DTVM com 103 gestores, estrategistas e economistas do mercado financeiro mostra que, para 57, o resultado das eleições foi "melhor que o esperado", enquanto 31 classificaram como em linha com o previsto, e 15, "pior que o esperado". A expectativa para 63,1% desses profissionais do mercado é que Lula saia vencedor.

Apesar de mais otimistas com a Bolsa de Valores caso Bolsonaro vença – 52 esperam que alcance entre 110 mil e 125 mil pontos ao final do ano, e 41 acima de 125 mil – se Lula sair vitorioso poucos (apenas 7) avaliam que a Bolsa caia abaixo de 95 mil pontos. Os profissionais entrevistados esperam um comportamento mais tranquilo do dólar caso o presidente seja reeleito, mas sem grandes picos se o vencedor for o ex-presidente.

Comércio exterior terá desafios em 2023

"Estamos vivendo um momento muito incerto no contexto internacional, com os efeitos da Covid-19 e da guerra na Ucrânia, com perspectivas ainda mais incertas, com rumos difíceis de avaliar e com impactos no comércio exterior. No caso do Brasil, nós temos muitos desafios internos e externos, apresentamos algumas vulnerabilidades e muitas oportunidades a partir do começo do ano que vem", disse o diretor-presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), o embaixador Rubens Barbosa, em encontro virtual na última sexta-feira.

O evento organizado pelo Irice trouxe perspectivas, desafios e oportunidades no comércio exterior para o novo governo do Brasil, em 2023. Houve a participação do presidente da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, o diplomata Osmar Chohfi, da diretora do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Tatiana Prazeres, e da diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), Sandra Rios.

Em 2021, o Brasil ocupou o 25º lugar como exportador no mundo, com o montante de US$ 281 bilhões exportados, o que corresponde a 1,3% do comércio de exportações. Na outra mão, o país foi o 27º maior importador, com 1% do total das importações, correspondentes a US$ 235 bilhões.

"É pouco para um país de dimensões continentais cuja economia está entre as 12 maiores do mundo. O principal desafio para o próximo governo é o de fazer o Brasil subir nesse ranking, de acordo com seu potencial humano, de recursos naturais e da diversidade da sua base econômica", disse Chohfi.

Segundo ele, a meta de fazer o Brasil subir no ranking se confronta com desafios internos e externos. "Se trata de harmonizar necessidades internas e oportunidades externas", disse o presidente da Câmara Árabe. **Página 3**

Termelétricas elevam em R$ 20 bi conta de luz em 15 anos

O Leilão de Reserva de Capacidade realizado sexta-feira passada, que contratou 743 megawatts (MW) de energia de termelétricas fósseis, tornará a conta de luz ainda mais onerosa aos consumidores. Segundo análise da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), os brasileiros pagariam R$ 20 bilhões a menos num período de 15 anos caso a energia contratada fosse proveniente de fontes limpas e renováveis, como solar e eólica.

A preferência pelas térmicas a gás é fruto do "jabuti" inserido na Lei 14.182/2021, a chamada lei da capitalização Eletrobras.

Se o volume de energia contratada pelo leilão, de 670 MW médios, fosse atendido por novas usinas solares, seriam adicionados 2,7 mil MW de potência na matriz elétrica brasileira, atraindo R$ 10 bilhões, volume R$ 5,8 bilhões superior aos aportes gerados pelas termelétricas, calcula a entidade.

Para Rodrigo Sauaia, presidente-executivo da Absolar, a contatação de energia termelétrica fóssil e poluente, a preços duas vezes maiores do que as renováveis, é um contrassenso e um retrocesso para o Brasil. "Trata-se de uma oportunidade perdida que onera o consumidor brasileiro e deixa de gerar até 81 mil novos empregos que o setor solar poderia trazer aos País", comenta.

Carlos Dornellas, diretor técnico-regulatório da entidade, ressalta que os empreendimentos fotovoltaicos possuem preços altamente competitivos.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1654
Dólar Turismo	R$ 5,3860
Euro	R$ 5,0745
Iuan	R$ 0,7258
Ouro (gr)	R$ 284,45

ÍNDICES

IGP-M	-0,95% (setembro)
	-0,70% (agosto)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Eleições, diversidade e ESG: o que eles têm em comum?

Por João Roncati

No último dia 2, mais de 156 milhões de cidadãos foram exercer o direito de votar e eleger seus governantes. E agora ainda vai ter o segundo turno para presidente e, em alguns estados, para governadores. Mas você já parou para pensar o que significa a palavra política?

O termo grego "politikos" denominava os cidadãos que faziam parte de uma "polis" – as cidades-estado da Grécia antiga. Já essa palavra poderia ser usada para definir tanto uma localidade como também, de uma maneira mais ampla, a organização dos grupos sociais que lá estavam estabelecidos.

Então, nesse sentido e de forma não exaustiva mas ilustrativa, a política trata, na sua raiz, de como um grupo de pessoas pode discutir deveres e direitos de usos de espaços comuns e privados, gestão de recursos públicos e, no limite, regras de convivência entre as pessoas em uma "área". Cidadania.

Inclusive, o filósofo grego Aristóteles afirmou que o homem é um animal político que procura viver entre outras pessoas. As necessidades tanto sentimentais como materiais só conseguem ser realizadas a partir da convivência em comunidade. Portanto organizar esta convivência permite que a razão esteja acima da imposição pela dominância da força apenas.

A política é exercida em uma ampla gama de organizações sociais, desde clãs e tribos de sociedades tradicionais, passando por governos locais, estaduais e federais atuais. Contemplar a diversidade é o exercício da democracia, que também vem se aperfeiçoando de acordo na nossa cultura, desde a Grécia.

A tradução do termo política na era moderna não é apenas o que se vê e ouve durante a uma hora de duração do Horário Eleitoral Gratuito do primeiro turno: promessas e planos de governo de candidatos que buscam uma vaga nos poderes Executivo e Legislativo. Nem tampouco é o exercício profissional de uma classe "política".

Não há como manter distância pois o conceito é exercício pleno de "ser" em sociedade, está no cotidiano de todos. E é mais do que necessário ampliar (e desenvolver) o entendimento de que a política é sinônimo de estruturação de uma sociedade que precisa levar a sério a gestão de um espaço diverso que possui uso coletivo e que por sua vez está inserido em um macroambiente.

> Intersecção natural e necessária com o conceito de cidadania plena

E com esse pensamento em vista, começou no final dos anos 80 a disseminação de reflexão e discussão sobre a inserção de empresas na sociedade e no macroambiente. Um dos conceitos mais notórios que mobilou debates e ações foi o da Responsabilidade Social Empresarial. Evoluindo em paralelo, a pauta sobre impactos ambientais da inserção do homem na natureza sobre a preocupação com a modulação do que seria a Responsabilidade Ambiental (conceito que exercitou a ideia de sustentabilidade).

Naturalmente, falar de Responsabilidade Ambiente passou a ser exigido e a mobilizar e refletir no âmbito de empresas, pessoas e governos – o que nas décadas seguintes foi amplamente disseminado pela pressão da sociedade civil organizada que encontrou espaço (e voz) em eventos como a Rio-92 e em diversas cúpulas, fóruns e conferências sobre o clima. Passamos a ver que leis foram modificadas, comportamentos revistos, na busca de uma maior consciência dos efeitos de nossas atividades sobre o clima do planeta.

Agora, tem sido a hora e a vez do conceito de ESG (Environmental, Social, Governance) entrar de vez na pauta da sociedade, impulsionado pelo mundo empresarial. O debate e principalmente a adoção dos princípios de ESG, permite que voltemos ao seio da responsabilidade social empresarial e ambiental: empresas, pessoas jurídicas, em sua dimensão, num exercício pleno de cidadania: consciência do impacto da sua existência no macroambiente, das pessoas aos biomas.

Organizações que adotam os princípios ESG consideram, medem, relatam e provocam, para que possamos ampliar e desenvolver ainda mais nossa capacidade de interagir positivamente no âmbito social, ambiental e a partir de princípios de Governança totalmente alinhados com a legislação.

E é justamente no âmbito social que é possível estabelecer uma discussão política sadia. A dimensão do social e da governança, dizem respeito também à vida política, uma vez que refletem e promovem o debate positivo sobre a forma como decisões afetam stakeholders e seus interesses (que passam a ser considerados junto com os interesses dos acionistas e profissionais) e ainda sobre interação e impacto positivo para uma sociedade ainda melhor.

Portanto, ESG tem uma intersecção natural e necessária com o conceito de cidadania plena. Os seus princípios, impulsionados e sempre considerando a necessária inclusão e diversidade com que aprendemos a nos preocupar, já não falam apenas do acionista, mas de todas as relações ricas e complexas de uma empresa, seus profissionais e a sociedade.

A oportunidade é única: há muito mais espaço para a reflexão, vivemos resultados positivos concretos por considerar diversidade algo necessário e justo, o nível de engajamento da sociedade cresceu! O espaço para discussão e exercício políticos passa pela intersecção entre o propósito individual, das organizações e do bem-estar coletivo. Aproveite para iniciar a participação em debates (guiados pelo respeito e pela ciência) que expandam os seus horizontes. Exerça o poder trabalhe como um verdadeiro politiko!

João Roncati é CEO da People + Strategy.

INSS dificulta reconhecimento de isenção do IR por doenças graves

Por Bruno Farias

Desde 1988, aposentados e pensionistas que eram diagnosticados com alguma das doenças graves categorizadas em nossa legislação tinham direito a solicitar a isenção do IR, independentemente se já estavam curados ou não. A concessão deste benefício visa prestar um auxílio financeiro a estes pacientes por meio da redução da carga tributária sobre a renda necessária à sua subsistência e custos relativos ao tratamento da doença – mas certos empecilhos impostos pelo INSS vêm dificultando, cada vez mais, o reconhecimento deste direito para muitos contribuintes e estendendo o prazo de sua aquisição.

Em uma lista de 16 doenças definidas pela Lei 7.713/88, aposentados e pensionistas que se enquadram em algum destes casos eram assegurados a buscar a isenção do imposto de renda nos órgãos reguladores, a partir da constatação do diagnóstico em um laudo médico elaborado por um profissional pertencente à rede de saúde pública nacional.

Independentemente se estiver curado ou não, o único requisito legalmente estabelecido era o diagnóstico em alguma das doenças seguintes: Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida); alienação mental; cardiopatia grave; cegueira (inclusive monocular); contaminação por radiação; doença de paget em estados avançados (osteíte deformante); doença de Parkinson; esclerose múltipla; espondiloartrose anquilosante; fibrose cística (mucoviscidose); hanseníase (antigamente, chamada de lepra); nefropatia grave; hepatopatia grave; neoplasia maligna (câncer ou tumor); paralisia irreversível e incapacitante e tuberculose ativa.

Teoricamente, uma vez preenchida corretamente com todos os dados demandados pelos órgãos reguladores, esta isenção deveria ser aprovada até mesmo para aqueles que não apresentavam mais nenhum sintoma – porém, há tempos essa já deixou de ser a realidade vivida por muitos. Em vez de operar em conjunto frente a um bem maior para aqueles que enfrentaram tratamentos extensos devido a problemas de saúde sérios, o INSS vem se mostrando com um dificultador ao processo, exigindo a apresentação de documentos excessivos e desnecessários que, legalmente, não deveriam ser cobrados visando tal concessão.

Em um exemplo prático, é comum observar solicitações de perícias médicas para a constatação de incapacidade laboral como exigência de concessão deste direito – requisito que se mostra completamente ilegal, pois a concessão de benefício por incapacidade não se confunde com o direito de isenção do IR por doença grave.

Além disso, frequentemente o INSS tem negado a isenção do IR com base na constatação da cura da doença, principalmente nos casos de câncer, o que também é ilegal, visto que o próprio STJ já proferiu diversas decisões recentemente destacando a obrigatoriedade de isenção para todos os aposentados e pensionistas que já foram diagnosticados, mesmo que já estejam curados.

Para piorar, essa lista de exigências pode ser ainda maior a depender da doença referida, o que vem dificultando ainda mais que diversos contribuintes adquiram seu direito por pendências desnecessárias deste órgão. Em uma conduta desnecessária, o INSS está se tornando mais exigente do que a própria Receita Federal, dificultando um processo que deveria ser simplificado frente ao crescente número de impostos arrecadados no país. Em 2021, como exemplo, essa quantia atingiu seu recorde totalizando cerca de R$ 1,87 bilhão, segundo dados da própria RFB.

Administrativamente falando, a melhor saída para aqueles que se encontram nesta situação é seguir com os documentos extras solicitados a fim de agilizar, ao máximo, a aprovação deste direito. Caso se estenda por muito tempo ou perceba maiores limitações no processo, há a possibilidade de resolver judicialmente. Em ambos os casos, é essencial contar com o apoio de uma empresa especializada nesta área, para que forneça a expertise necessária para comandar este processo da melhor maneira possível.

O procedimento adotado pelo INSS contradiz o propósito da criação da isenção do IR por doenças graves de, justamente, auxiliar economicamente, via redução tributária, aqueles que foram diagnosticados com algum desses problemas de saúde. Por isso, acompanhe de perto o desenrolar desta aprovação e não hesite em solicitar o apoio de especialistas no ramo, para que nenhum aposentado ou pensionista seja mais lesado, financeiramente, por exigências documentais desnecessárias.

Bruno Farias é sócio da Restituição IR.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Qual instituto de pesquisas ficou mais longe das urnas?

Uma vez mais, as pesquisas passaram longe da realidade das urnas. Se a decisão em primeiro turno era dada como incerta e ficou, mais ou menos, dentro da margem de erro, a diferença entre Lula e Bolsonaro foi muito menor do que constava nos levantamentos de Datafolha, Ipec, Ipespe, Quaest e Ideia Big Data (que estimavam entre 9 e 14 pontos percentuais). MDA foi um pouco melhor, com uma distância de pouco mais de 8 pontos percentuais.

O que passou mais longe foi o Instituto Brasmarket, queridinho dos bolsonaristas, que, em 29 de setembro cravou Bolsonaro à frente, com 45,4% dos votos totais, e Lula com 30,9%. Como a empresa não divulgou o percentual de votos válidos, não dá para ter o cálculo preciso, mas a distância para as urnas foi de quase 20 pontos percentuais.

E não é que o que mais se aproximou foi o Paraná Pesquisas? Dia 1º, publicou levantamento que colocava Lula em primeiro, com 47,1% dos votos válidos, e Bolsonaro com 40%; diferença de 7,1 pontos, a que mais se aproximou dos 5,4 pontos revelados pelas urnas, dentro da margem de erro, portanto. Mas, é bom lembrar, na segunda semana de setembro, o Paraná dava diferença de apenas 3 pontos a favor de Lula – e não se sabe de qualquer fato que teria levado essa distância de 3 para 7 pontos a favor do petista, ao contrário.

O certo é que levantamentos do tipo "se as eleições fossem hoje" têm uma margem de acerto baixa e servem muito mais para viabilizar nomes que são badalados na mídia. As empresas de pesquisa, não é de hoje, parecem ter "perdido a mão".

Vão repassar para os preços?

Setembro marcou o fim do período de mensuração de desempenho das empresas habilitadas ao Rota 2030, o programa de incentivos à indústria de automóveis em troca de maior eficiência energética. "Embora todas as marcas habilitadas tenham alcançado as metas mínimas de evolução na eficiência energética definidas no programa Rota 2030, alguns veículos não atingiram essa meta de forma individual – o que não era compulsório", comenta a Bright Consulting.

Aproximadamente 45% dos veículos comercializados passam a ter benefícios de IPI de 1 ou 2 pontos percentuais, "o que indica, de certa forma, que os objetivos foram pouco ambiciosos, principalmente para SUVs grandes e picapes, comenta Paulo Cardamone, CEO da consultoria.

Rápidas

Francisco Galiza, da Rating de Seguros, fará palestra com a análise econômica das assessorias do mercado segurador mineiro (Aconseg-MG) nesta quinta-feira, às 17h, pelo Zoom: us02web.zoom.us/j/83180500735?pwd=ZnhXUkRJbmpzMCtZd3J2UUJLTFpVZz09#success *** Abrapraxia realiza a 8ª Conferência Nacional de Apraxia de Fala na Infância, 7 e 8 de outubro, em formato híbrido, em São Paulo. Informações e inscrições em apraxiabrasil.org *** A linha Alfresco, da Frescatto, foi uma das premiadas com troféu ouro no Prêmio ABRE da Embalagem Brasileira *** Os ministros aposentados do STF Sepúlveda Pertence, Cezar Peluso e Ayres Brito participarão de debates no IAB sobre "Eleições democráticas no Brasil", nesta terça-feira, a partir das 10h, pelo canal TVIAB no Youtube.

Superávit comercial volta a encolher em setembro

Governo reduz projeção de US$ 81,5 bi para US$ 55,4 bi este ano

A equipe econômica reduziu significativamente a projeção de superávit comercial para 2022. Em julho, o governo projetava saldo positivo de US$ 81,5 bilhões. A estimativa atualizada nesta segunda-feira prevê superávit de US$ 55,4 bilhões.

A queda do preço internacional do ferro e o encarecimento de fertilizantes e petróleo fizeram o superávit da balança comercial encolher em setembro. No mês passado, o país exportou US$ 3,993 bilhões a mais do que importou - queda de 9,3% em relação ao registrado em setembro do ano passado (US$ 4,401 bilhões), segundo o Ministério da Economia.

De janeiro a setembro deste ano, a balança comercial acumula superávit de US$ 47,869 bilhões. Isso representa 15,6% a menos que o registrado nos mesmos meses do ano passado. Apesar do recuo, o saldo é o segundo melhor da história para o período, perdendo apenas para os nove primeiros meses de 2021, quando o superávit tinha fechado em US$ 56,44 bilhões

No mês passado, o Brasil vendeu US$ 28,95 bilhões para o exterior e comprou US$ 24,957 bilhões. Tanto as importações como as exportações bateram recorde em setembro, desde o início da série histórica, em 1989. As exportações subiram 18,8% em relação a setembro do ano passado, pelo critério da média diária. As importações, no entanto, aumentaram em ritmo maior: 24,9% na mesma comparação.

No caso das exportações, o recorde deve-se mais ao aumento dos embarques que dos preços internacionais das mercadorias do que do volume comercializado. No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu em média 12,6% na comparação com setembro do ano passado, enquanto os preços médios aumentaram 6%. A valorização dos preços poderia ser maior não fosse a queda do minério de ferro, cuja cotação caiu 32% na mesma comparação, e por produtos semiacabados de ferro ou de aço, cujo preço recuou 42,7%.

Nas importações, a quantidade comprada subiu 8,5%, refletindo a recuperação da economia, mas os preços médios aumentaram em ritmo mais intenso: 18,6%. A alta dos preços foi puxada principalmente por adubos, fertilizantes, petróleo, gás natural, carvão mineral e trigo, itens que ficaram mais caros após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia.

SetoresNo setor agropecuário, o aumento nos preços internacionais pesou mais nas exportações. O volume de mercadorias embarcadas subiu 17,3% em setembro na comparação com o mesmo mês de 2021, enquanto o preço médio subiu 26,1%. Na indústria de transformação, a quantidade exportada subiu 11,9%, com o preço médio aumentando 9,7%.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada subiu 10,5%, mas os preços médios recuaram 13,2% em relação a setembro do ano passado. Embora o preço médio do petróleo bruto tenha subido 22,1% nessa comparação, o preço do minério de ferro caiu 37,5%, puxado pelos lockdowns (confinamentos) na China, que reduziram a demanda internacional.

Os produtos com maior destaque nas exportações agropecuárias foram milho não moído, exceto milho doce (+260%), café não torrado (+42,6%) e soja (+6,4%) na agropecuária. O destaque negativo foram animais vivos, exceto pescados ou crustáceos, cujas exportações caíram 56,9% de setembro do ano passado a setembro deste ano.

Na indústria extrativa, os maiores crescimentos foram registrados nas exportações de outros minerais brutos (+77,7%), outros minérios e concentrados de metais de base (+191,6%) e petróleo bruto (+40,9%). Na indústria de transformação, as maiores altas ocorreram nos açúcares e melaços (+44,7%), farelos de soja, farinhas de carnes e de outros animais (+71,8%) e celulose (+68,9%).

Quanto às importações, os maiores aumentos foram registrados nos seguintes produtos: cevada não moída (+5.632,8%), trigo e centeio não moídos (+32,0%) e frutas e nozes (+21,5%), na agropecuária; petróleo bruto (+192,7%), na indústria extrativa; e combustíveis (+142,9%), controladores de pragas agrícolas (+75,1%) e compostos organo-inorgânicos (+65,4%), na indústria de transformação.

Em relação aos adubos e aos fertilizantes, o crescimento nas importações decorre inteiramente do preço, que subiu 47,4% em setembro na comparação com o mesmo mês do ano passado. O volume importado caiu 22,6% por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Apesar da queda na estimativa, esse valor garantiria o segundo maior superávit comercial da série histórica. O saldo seria menor apenas que o superávit de US$ 61,407 bilhões observados no ano passado. As estimativas oficiais são atualizadas a cada três meses. As previsões estão mais pessimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US$ 61,5 bilhões neste ano.

IPC-S subiu 0,02% na quarta quadrissemana de setembro

O IPC-S da quarta quadrissemana de setembro de 2022 subiu 0,02% acumulando alta de 5,13% nos últimos 12 meses. Nesta apuração, dois das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação.

A maior contribuição para o resultado do IPC-S partiu do grupo transportes cuja taxa de variação passou de -2,92%, na terceira quadrissemana de setembro de 2022 para -2,63% na quarta quadrissemana de setembro de 2022. Nesta classe de despesa, cabe mencionar o comportamento do item gasolina, cujo preço variou -8,68%, ante -9,61% na edição anterior do IPC-S.

Também registrou acréscimo em sua taxa de variação o grupo: habitação (0,23% para 0,40%). Nesta classe de despesa, vale destacar o comportamento do item: tarifa de eletricidade residencial (-0,72% para -0,07%).

Em contrapartida, os grupos educação, leitura e recreação (4,94% para 4,36%), saúde e cuidados pessoais (0,66% para 0,59%), comunicação (-0,46% para -0,52%), vestuário (0,42% para 0,38%), despesas diversas (0,07% para 0,04%) e alimentação (-0,28% para -0,29%) apresentaram recuo em suas taxas de variação. Nestas classes de despesa, vale citar os itens: passagem aérea (26,94% para 23,75%), artigos de higiene e cuidado pessoal (1,01% para 0,49%), combo de telefonia, internet e TV por assinatura (-0,57% para -1,16%), relógios e bijuterias (0,11% para -0,25%), cigarros (0,79% para 0,28%) e laticínios (-3,94% para -4,86%).

Já o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) caiu 0,95% em setembro, após queda de 0,70% no mês anterior. Com este resultado o índice acumula alta de 6,61% no ano e de 8,25% em 12 meses. Em setembro de 2021, o índice havia caído 0,64% e acumulava alta de 24,86% em 12 meses.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 1,27% em setembro, após queda 0,71% em agosto. Na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo bens finais caiu 0,39% em setembro. No mês anterior, a taxa do grupo havia sido de -0,73%. A principal contribuição para este resultado partiu do subgrupo alimentos processados, cuja taxa passou de -1,07% para -0,04%, no mesmo período. O índice relativo a bens finais (ex), que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis para o consumo, variou 0,20% em setembro, ante -0,12% no mês anterior.

A taxa do grupo bens intermediários passou de -0,76% em agosto para -1,47% em setembro. O principal responsável por este movimento foi o subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, cujo percentual passou de -1,55% para -5,82%. O índice de bens intermediários (ex), obtido após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, caiu 0,43% em setembro, após variar -0,57% em agosto.

O estágio das matérias-primas brutas caiu 1,84% em setembro, após queda de 0,63% em agosto. Contribuíram para intensificar a taxa negativa do grupo os seguintes itens: leite in natura (12,59% para -6,72%), bovinos (-2,01% para -4,06%) e cana-de-açúcar (0,41% para -0,72%). Em sentido oposto, destacam-se os itens milho em grão (-1,54% para 1,07%), minério de ferro (-5,76% para -4,81%) e algodão em caroço (-4,43% para 3,95%).

O Índice Nacional de Custo da Construção variou 0,10% em setembro, ante 0,33% em agosto. Os três grupos componentes do INCC registraram as seguintes variações na passagem de agosto para setembro: materiais e equipamentos (0,03% para -0,14%), serviços (0,68% para 0,34%) e mão de obra (0,54% para 0,26%).

SEU DIREITO

Férias: STF invalida pagamento dobrado se feito fora do período

Por Suzanne Gouveia de Vasconcelos

O Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da Súmula 450 do TST, que estabelecia também o pagamento em dobro para as férias pagas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT. Passados quase um mês da decisão proferida na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 501), ajuizada pelo governador do Estado de Santa Catarina, levantou-se o questionamento sobre o fim do pagamento das férias em dobro.

Considerando a ampliação das hipóteses de penalização das empresas, o ministro Relator Alexandre de Moraes votou pela inconstitucionalidade da Súmula 450 e invalidou as decisões não transitadas em julgado e amparadas na citada Súmula, pois entendeu que estaria sendo violada a separação de poderes Judiciário e Legislativo, previsto no artigo 8º da CLT, incluído pela Reforma Trabalhista.

No entanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal não afastou a natureza de infração administrativa para o pagamento feito fora do período determinado, sendo que a empresa que não cumpre o prazo para pagamento das férias, previsto no artigo 147 da CLT, estará sujeita às penalizações do Ministério do Trabalho e Emprego no caso de eventual fiscalização, conforme previsto na Portaria 667/2021. Lembrando que o direito às férias é irrenunciável e não pode ser negociado, pois visa preservar a saúde e bem-estar do trabalhador.

É importante entender que a decisão do STF não alterou o artigo 137 da CLT, que prevê o pagamento em dobro das férias, incluído o terço constitucional, quando a empresa não observa o período concessivo, sendo devido a dobra das férias também para o caso de férias pagas, mas não gozadas no período devido.

Com a redação atual da Súmula 450 do TST, as empresas passaram a ser penalizadas pela inadimplência de a obrigação deste pagamento, com a sanção prevista para o descumprimento da obrigação de concessão das férias – uma vez que, para o TST, ambas eram indispensáveis para o efetivo afastamento do empregado.

A Súmula 450 do TST, criada em 2014, amplia a hipótese de pagamento de férias em dobro também para a ocasião em que as férias e abono de férias, ainda que usufruída pelo empregado na época própria, tenha sido paga pela empresa fora do prazo previsto no art. 145 da CLT – de até dois dias antes do início do período de férias.

Embora no Brasil não haja uma lei específica sobre o direito à desconexão do trabalhador, vem crescendo na Justiça do Trabalho o número de condenações ao pagamento de indenização por dano moral ao empregado que tem o seu direito às férias desrespeitado.

Sendo assim, mostra-se a importância de o empregador investir em medidas de prevenção e adequação dos seus procedimentos às normas determinadas por lei, evitando passivos trabalhistas no futuro e infrações administrativas em eventuais fiscalizações, além de investir em políticas de qualidade de vida para os seus colaboradores e em um ambiente de trabalho saudável.

Suzanne Gouveia de Vasconcelos é advogada Trabalhista do escritório Marcos Martins Advogados.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.
CNPJ/ME nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 333.00165.64-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/09/2022 para Rerratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/09/2022. 1. Data, Hora e Local: No dia 22/09/2022, às 10 h, na sede social da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. ("Cia." ou "Emissora"), localizada na Rodovia Amaral Peixoto, s/n, KM 91, Bananeiras, CEP 28970-000, Cidade de Araruama, Estado do RJ. **2. Convocação**: Foram convocados os acionistas presentes na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/09/2022, às 10 h ("AGE 09/09"), conforme os editais de convocação publicados no Jornal Monitor Mercantil ***(i)*** no dia 30/08/2022, na p. 6, ***(ii)*** no dia 31/08/2022, na p. 6 e ***(iii)*** no dia 01/09/2022, na p. 5, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Presenças**: Os mesmos acionistas presentes na AGE 09/09 representando 93,46% do capital social da Cia., conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Carlos Alberto Vieira Gontijo, Presidente. Thiago Contage Damaceno, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o erro de transcrição imaterial na via junta da AGE 09/09 onde constou no subitem (s), do item 6 (i) das Deliberações da AGE 09/09, de forma errônea a data do primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures no dia 15/03/2024, quando deveria ter constada a data de 15/03/2023, conforme a ata da AGE 09/09 registrada nos livros da Cia. (em todos os casos, conforme definido na AGE 09/09). **6. Deliberações:** Após exame das matérias acima descritas, os acionistas representando 93,46% do capital social da Cia. aprovaram, sem ressalvas, a rerratificação do erro de transcrição imaterial na via junta da AGE 09/09 para fazer constar a data do primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures no dia 15/03/2023 no subitem (s), do item 6 (i) das Deliberações da AGE 09/09, conforme via livro da ata da AGE 09/09. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do §1° do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Carlos Alberto Vieira Gontijo, Presidente. Thiago Contage Damaceno, Secretário. Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), acionista presente. Confere com o original lavrado em livro próprio. Araruama, 22/09/2022. **Carlos Alberto Vieira Gontijo** - Presidente; **Thiago Contage Damaceno** - Secretário. JUCERJA nº 5112087 em 28/09/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Recursos liberados para venda de veículos atingem R$ 92,8 bi

O primeiro semestre de 2022 – mesmo com a instabilidade gerada pela pandemia de Covid-19 e também pela crise mundial dos semicondutores – registrou crescimento nos recursos liberados para financiamentos de veículos, totalizando R$ 92,8 bilhões em comparação aos R$ 92,6 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira pela Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef).

"O segmento automotivo sempre busca novas soluções e flexibilizações para chegar às melhores condições de negociação com os clientes, o que mostra os números das linhas de crédito: as modalidades crescem em diferentes ritmos conforme a demanda, mas sempre apresentam acréscimo", afirma Paulo Noman, presidente da Anef.

O saldo total das carteiras cresceu para R$ 350,4 bilhões no primeiro semestre de 2022, um aumento de 14,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizou R$ 306,2 bilhões.

"A estratégia de adaptação que as instituições adotaram, como flexibilização dos prazos e condições especiais para veículos usados, ajudou o mercado a manter a tendência de crescimento. E em um ano tão atípico, com Copa do Mundo próxima às festas de final de ano e férias escolares, além da eleição presidencial", declarou Noman.

No âmbito das vendas de veículos de passeio e comerciais leves, manteve-se a tendência no crescimento com pagamento à vista (58%). As vendas via Financiamento CDC, entretanto, apresentaram decréscimo (38%) e, juntamente com o Consórcio (4%) somam 42% do total registrado em 2022.

As vendas de caminhões e ônibus mantêm uma média próxima à registrada no total de 2021: o Financiamento CDC somou 40% do total e compôs a maioria, assim como foi também na soma do ano anterior (45%). As negociações por meio do Finame aumentaram para 28% e as por meio do Consórcio permaneceram em 4%. O pagamento à vista subiu para 27% e o Leasing manteve-se com o 1% restante.

Nas vendas de motocicletas, entretanto, houve uma mudança na tendência de compras: um decréscimo do Consórcio (28% frente aos 32% alcançados no total do ano de 2021), e um aumento no financiamento (39% contra 37% no total de 2021) e negócios à vista (33% frente aos 31% registrados em todo 2021).

Confiança do empresário subiu 0,8 ponto em setembro

O Índice de Confiança Empresarial (ICE), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV) sobe 0,8 ponto de agosto para setembro deste ano. Com isso, o indicador atingiu 101,5 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos, o maior nível desde agosto de 2021 (102,5 pontos).

A alta da confiança foi puxada pela melhora das percepções sobre a situação presente e das expectativas para os próximos meses. O Índice de Situação Atual Empresarial subiu 0,7 ponto e chegou a 102 pontos, o maior nível desde junho de 2013.

Já o Índice de Expectativas (IE-E) subiu 1 ponto e atingiu 100,1 pontos, o maior nível desde outubro de 2021 (100,3 pontos).

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) consolida os índices de confiança dos quatro setores cobertos pelas sondagens empresariais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV: indústria, serviços, comércio e construção.

A confiança subiu em três dos quatro setores que integram o ICE. A exceção foi a indústria que recuou 0,8 ponto. A maior alta foi observada na construção (3,5 pontos). Em seguida, aparecem comércio (2,4 pontos) e serviços (1 ponto).

Novas regras para o SAC já começaram a valer

Desde esta segunda-feira, prestadores de serviços devem se adequar às novas regras do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A novidade é válida para empresas como instituições financeiras, seguradoras, operadoras de telefonia fixa e móvel e empresas de TV por assinatura.

Se antes, o contato era limitado ao telefone e e-mail, com a revolução digital, oferecer uma boa experiência ao cliente se tornou primordial para alavancar os negócios. Com isso, o Decreto nº 11.034/22 foi atualizado em abril de 2022 e apresentou diversas modificações na realização de um atendimento por diversos canais integrados. "Essas opções de contatos ganharam força desde o anúncio da pandemia da Covid-19 no Brasil, em março de 2020, quando as empresas se viram obrigadas a migrar seus serviços para o mundo digital. As marcas deverão disponibilizar canais integrados de atendimento, como por exemplo, o uso do chatbot, e não somente o canal telefônico, como exigia o Decreto de 2008", explica Ronald Bragarbyk, country manager da CM.com empresa holandesa líder em comércio conversacional (ConvComm).

A legislação também passou por reestruturação no quesito inclusão. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirmam que no Brasil, 8,4% da população acima de dois anos possui uma deficiência, totalizando mais de 17 milhões de pessoas em todo o país. Com isso, a lei também demanda que as empresas se comprometam a oferecer um atendimento acessível para que pessoas com deficiência (PCDs) tenham acesso pleno ao atendimento de suas demandas.

Além disso, a norma prevê que as opções devem ser gratuitas e devem estar disponíveis 24 horas por dia, durante os sete dias da semana. No entanto, os atendimentos digitais devem contar com um atendimento humano por, no mínimo, oito horas diárias. Por mais que o decreto não se aplique a todos os setores, Ronald explica que é de extrema importância que as empresas atualizem suas comunicações adotando o atendimento omnichannel, que auxilia no atendimento completo ao cliente. "Dessa maneira, a interação pode ser feita por meio de canais de mensagens de preferência como WhatsApp, Instagram, Apple Messages for Business, Facebook Messenger, Google Business Messages, Telegram, Twitter e SMS. Além de melhorar o fluxo interno, a tecnologia chega como forte aliada para fidelizar os clientes", finaliza o especialista.

Três perguntas: Tiba – o que faz, conceito e convencimento

Por Jorge Priori

Divulgação Tiba

Conversamos com Ramires Paiva, fundador e CEO da Tiba, sobre a plataforma mobile desenvolvida para pequenas empresas.

O que faz a Tiba?

A Tiba oferece uma solução mobile gratuita de gestão de 360º para empresas físicas de pequeno porte de varejo, de forma a que elas tenham tudo o que precisam para tocar suas atividades no dia a dia. Nós não atendemos MEIs, mas empresas que estão no Simples Nacional com mais de um funcionário CLT.

Como surgiu o conceito da Tiba?

O conceito da Tiba nasceu de uma jornada de aprendizado. A minha primeira empresa foi a Creditoo, uma plataforma de empréstimo consignado para funcionários de empresas privadas. Depois de uma rodada de investimento do Softbank em 2019, essa empresa foi fundida com a Creditas.

Na Creditoo, nós tínhamos um produto em que o cliente fazia uma transação e pagava a conta, mas éramos muito questionados sobre a recorrência e sobre sermos uma plataforma para o RH como um todo. Depois da fusão, nós criamos o conceito de Creditas Benefício cujo objetivo é o atendimento do RH de uma forma mais completa. Com isso, nós passamos a criar soluções visando a recorrência.

O problema é que nós investíamos para fazermos a parceira com o RH, sem que isso gerasse um real. Nós só ganhávamos dinheiro quando conseguíamos chegar no funcionário da empresa de forma a que ele pudesse pedir um empréstimo consignado. Às vezes, isso era um trabalho difícil de ser feito, já que não era fácil de ele nos achar, pois não estávamos no seu dia a dia como uma conta-corrente. Assim, uma pessoa poderia pegar um empréstimo consignado mais caro com um grande banco do que com a gente.

Havia essa dicotomia de que tínhamos que estar no dia a dia da pessoa para que conseguíssemos colocar soluções financeiras. É por isso que a Tiba nasceu com essa pegada. Nós queremos ser uma solução que esteja no dia a dia das empresas.

Tendo as informações, nós temos uma boa segurança para monetizarmos os produtos financeiros. Por exemplo, nós já estamos rodando o produto de antecipação, que já ganhou uma certa escala, mas ele está com margens muito espremidas. Pode ser que ele não tenha andamento, já que o mercado de adquirência vem derretendo nos últimos 5 anos devido a vários fatores. Aqui é tudo muito rápido: nós testamos, vemos se as coisas funcionam, e, se for o caso, mudamos.

Em paralelo, como nós sabemos que um produto financeiro pode escalar rapidamente, nós podemos testá-lo e fazer o caminho inverso. Se um produto financeiro encaixa e tem um bom economics para a Tiba e para os nossos clientes, nós podemos desacelerar um pouco o software e acelerar o produto financeiro, colocando mais clientes para dentro e vendo que demanda de software eles têm.

É assim que a Tiba trabalha. Nós somos uma empresa que se provou ainda. Nós temos um volume de clientes para o qual oferecemos produtos, testamos e verificamos os touchpoints, analisando o caminho para sairmos de mil para 1 milhão de clientes o quanto antes.

Como vocês convencem as empresas a instalarem e, principalmente, utilizarem o software da Tiba?

O nosso onboarding é simples. No início, nós tínhamos um processo mais travado de cadastro, mas, para que as pessoas usassem o software, precisávamos ser mais flexíveis. O cara não ia mandar os documentos societários para usar uma coisa que ele não sabia se funcionaria. Vamos ser transparentes: o que tem de picareta na internet não é pouca coisa.

A pessoa precisa ver como funciona, conhecer a solução, e, caso veja sentido, encaminhar a documentação societária. Na Tiba, o cliente faz o cadastro bem básico e já tem acesso a alguns módulos da plataforma, como emissão de documentos fiscais, gestão de estoque e gestão financeira. A grande maioria dos clientes faz o onboarding simplificado, começa utilizando os módulos mais simples, vê como funciona e vai para os módulos mais críticos.

Para que as pessoas tomem conhecimento da plataforma, eu costumo dizer que sou alérgico a marketing de performance como Google, Facebook e Instagram. Nós sabemos que são formas de atrair clientes que funcionam, mas elas são muito caras, principalmente para B2B de pequeno porte.

Nós temos uma base de dados disponível, mapeamos um território, localizamos o varejo físico e colocamos pessoas para visitarem as empresas. Estamos fazendo isso em Brasília e já estamos fazendo alguns testes no Rio de Janeiro. Dessa forma, um vendedor faz o setup e passa de novo na empresa para ver como ela está indo, o que nos permite ter feedbacks muito ricos.

É muito difícil coletar essas percepções remotamente para que possamos chegar a uma conclusão de um negócio que possa ser escalado.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

Ata de Assembleia Geral Extraordinária. 1. Hora, Data e Local: Às 14h do dia 16/09/2022, na sede social da Cia., na Av. Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque Rosário, Campos dos Goytacazes, RJ. **2. Convocação**: Editais de convocação publicados no Jornal Monitor Mercantil ***(i)*** no dia 08/09/2022, na p. 8, ***(ii)*** no dia 09/09/2022, na p. 7 e ***(iii)*** no dia 12/09/2022, na p. 7, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa**: Juscelio Azevedo de Souza, Presidente. Marcio Salles Gomes, Secretário. **4. Ordem do dia e Deliberações**: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pelos acionistas presentes representando 94,98% do capital social: **4.1.** Declarar juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 5.052.144,20 equivalentes a aproximadamente R$ 631,51 por ação, que serão pagos, em valor líquido de encargos tributários, individualizadamente, aos acionistas, até 16/09/2022. Esse valor será imputado ao dividendo anual obrigatório que vier a ser aprovado na AGO de 2023. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas**: Juscelio Azevedo de Souza, Presidente. Marcio Salles Gomes, Secretário. Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), acionista presente. Confere com a original lavrada em livro próprio. Campos dos Goytacazes, 16/09/2022. **Juscelio Azevedo de Souza** - Presidente; **Marcio Salles Gomes** - Secretário. JUCERJA nº 5115107 em 30/09/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA TERCEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2022 DA ARUJÁCOOP COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Presidente da **ARUJÁCOOP COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ 35.928.452/0001-12, NIRE nº 3540018920-7, Inscrição Estadual nº 188145809110, com sede na Rua Major Benjamin Franco, no 735, sala 10. Centro. Arujá/ SP. CEP 07400-590, convida seus vinte e dois (22) associados, para a **TERCEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2022** a ser realizada em sua sede no dia 15 de outubro de 2022 com primeira chamada as 8:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h onde a seguinte pauta será deliberada e votada: **(1)** Entrada e saída de associados; **(2)** Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Arujá/SP, 04 de outubro de 2022. Roberto Silva de Barros - CPF nº 147.310.228-60 - Diretor Presidente.

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária. **1. Hora, Data e Local**: Às 17h do dia 16/09/2022, na sede social da Cia., na Rua Marquês do Paraná nº 110, Centro, Niterói, RJ. **2. Convocação**: Editais de convocação publicados no Jornal Monitor Mercantil ***(i)*** no dia 08/09/2022, na p. 8, ***(ii)*** no dia 09/09/2022, na p. 7 e ***(iii)*** no dia 12/09/2022, na p. 7, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa**: Bernardo Machado Alves Gonçalves, Presidente. Thiago Contage Damaceno, Secretário. **4. Ordem do dia e Deliberações**: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pelo acionista presente representando 95% do capital social votante: **4.1.** Declarar juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 6.349.878,92 equivalentes a aproximadamente R$ 1.058,31 por ação, que serão pagos, em valor líquido de encargos tributários, individualizadamente, aos acionistas, até 16/09/2022. Esse valor será imputado ao dividendo anual obrigatório que vier a ser aprovado na AGO de 2023. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas**: Bernardo Machado Alves Gonçalves, Presidente. Thiago Contage Damaceno, Secretário. Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), acionista presente. Confere com a original lavrada em livro próprio. Niterói, 16/09/2022. **Bernardo Machado Alves Gonçalves -** Presidente; **Thiago Contage Damaceno** -Secretário. Jucerja nº 5113779 em 29/09/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NITERÓI

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO - ELETRÔNICO com prazo de 05 dias, extraído dos autos da ação de cobrança proposta por MARLY SAUAN PELOSI em face de RONALDO DOS SANTOS TEIXEIRA e JULIO CESAR PEREIRA BRANCO (Processo nº 0131951-24.2014.8.19.0002): A Dra. MARIA APARECIDA DA COSTA BASTOS, Juíza de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a RONALDO DOS SANTOS TEIXEIRA e JULIO CESAR PEREIRA BRANCO, de que no dia **17/10/2022,** às 12:00 horas, através do portal de leilões on-line (www.rymerleiloes.com.br), pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação de **R$ 1.081.859,35;** ou no dia **20/10/2022,** no mesmo horário e local, a quem mais der a partir de 80% da avaliação, o **Apartamento 603, situado na Rua Geraldo Martins, n°189, Icaraí-Niterói/RJ.** Cf. o 8º RI, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 23533 e registrado em nome de Ronaldo dos Santos Teixeira, constando no R.5 Penhora da 2ª Vara de Família da Comarca de Niterói – proc. nº 0002117-51.2013.8.19.0212. Débitos de IPTU: R$ R$ 2.483,75, mais acréscimos legais (PMN 2057479). Os créditos que recaem sobre o imóvel, serão sub-rogados sobre o preço da alienação, na forma do o § 1º, do artigo 908, do CPC e o parágrafo único do artigo 130 do CTN. Ficam os interessados intimados do leilão pelo presente edital, suprindo a exigência contida no art. 889 do CPC. Caso ocorra a remição ou qualquer ato por conta do devedor ou credor caberá o pagamento de comissão no equivalente de 0,5% a 2,5% do valor da avaliação por quem der causa. Arrematação, adjudicação ou remição: à vista; mais 5% de comissão ao leiloeiro; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 19/08/2022. – Eu, Karla Cristina de Jesus Vilhena Palhares - Chefe de Serventia, o fiz datilografar e subscrevo. Dra. Maria Aparecida da Costa Bastos – Juíza de Direito.

REIT SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 13.349.677/0001-81 - NIRE 33300303677

Edital de 2ª Convocação de Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 11ª Série, da 2ª Emissão, da Reit Securitizadora S.A. ("Securitizadora"). A **Reit,** nos termos das cláusulas 10.2 e 10.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários de sua 11ª Série, de sua 2ª Emissão (TS,"CRI" e "Emissão" respectivamente), firmado junto à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), vem, pelo presente, convocar os titulares de CRI, para a **Assembleia Geral de Titulares do CRI** ("AGT") a ser realizada, em 2ª convocação no dia **10/10/22, às 15h, de forma exclusivamente digital, através da plataforma eletrônica Microsoft Teams**, sendo o acesso disponibilizado individualmente aos titulares devidamente habilitados nos termos deste Edital, conforme autorizado pela Resolução CVM nº 60 de 23/12/2021 ("RCVM 60"). Assim, é realizada a 1ª convocação da referida AGT, restando fixadas as seguintes **Ordens do Dia:** (i) Aprovação ou não da Proposta de Conciliação Amigável, enviada por meio da Contranotificação encaminhada em 22/07/22, pelas Cedentes, ao Agente Fiduciário e à Reit; (ii) Aprovação, ou não, de contratação de assessor legal para defesa dos interesses dos titulares do CRI para perseguição e possível execução do valor da dívida decorrente da Emissão, conforme cotações a serem apresentadas na AGT, em virtude do término do prazo da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, deliberado na reabertura da AGT de 13/07/22; (iii) Aprovação, ou não, da alteração na redação das cláusulas 10.3 e 10.4 do TS, para que as futuras convocações de AGT passem a ser realizadas também nos termos do art. 26 da RCVM 60; (iv) Aprovação, ou não da alteração da redação das cláusulas 10.11 e 10.12 do TS para autorizar que as matérias ali discriminadas passarão a ser aprovadas, em 2ª convocação ou suas reaberturas, por Titulares de CRI que representem a maioria dos presentes; (v) Aprovar, ou não, que a Reit, em conjunto com o Agente Fiduciário, adote todas as providências necessárias para efetivar as deliberações, inclusive, a formalização de aditamentos aos documentos da Emissão; e (vi) Tomar ciência e definir as medidas a serem tomadas quanto aos documentos da operação pendentes de celebração em decorrência das repactuações deliberadas nas AGTs de 26/04/20 e 07/10/21, conforme lista a ser apresentada pelo Agente Fiduciário. **As deliberações constantes nos itens (i), (iii) e (iv) da Ordem do Dia, para serem aprovadas, deverão obter votos de titulares que representem 2/3 dos CRI em circulação**, **nos termos das cláusulas 10.11 e 10.14 do TS e a dos itens (ii), (v) e (vi), os votos de titulares que representem, pelo menos, 50% mais um dos CRI em circulação, conforme previsto na cláusula 10.10 do TS.** Na forma da RCVM 60, a AGT será realizada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, cujo acesso será disponibilizado àqueles que enviarem por correio eletrônico - ri@reit.com.br e contencioso@pentagonotrustee.com.br - os documentos que comprovem os poderes de representação dos titulares do CRI ou os documentos que comprovem sua condição de titulares dos CRI, até o horário da AGT. Serão aceitos como documentos de representação: a) **participante pessoa física** – cópia digitalizada de documento de identidade dos Titulares ou, caso representado por **procurador**, cópia digitalizada da procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular; e b) **demais participantes** – cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do titular. Os termos que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão o significado que lhes é atribuído nos documentos da Emissão. RJ, 30/09/22. **Reit Securitizadora S.A.**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
28ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
AV.ERASMO BRAGA, 115, SALAS.326,328,330-D,LAM. I, 3 ANDAR
Tel.: (21) 3133-2142 - E-mail: cap28vciv@tjrj.jus.br
EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, MOVIDA POR BANCO BRADESCO S/A em face de CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA COSTA - PROCESSO Nº 0411901-67.2015.8.19.0001, na forma abaixo:

O(A) Doutor(a) **CAROLINE ROSSY BRANDAO FONSECA** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA COSTA** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE:** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do **Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 25/10/2022 às 14:20h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 60% da avaliação, que será encerrado no dia 01/11/2022 às 14:20h. DO BEM A SER LEILOADO**: (Conforme laudo de avaliação às fls. 261) **Apartamento 302 Da Rua Visconde De Santa Isabel, 223 - Andaraí. Matriculado no 10º RGI, na matrícula nº 5451 e na Prefeitura sob a inscrição municipal de nº 0.288.346-0. (...) AVALIANDO-SE o imóvel no valor de R$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais).** E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA COSTA) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 2022. Eu, digitei __, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo __. (ass.) **CAROLINE ROSSY BRANDAO FONSECA** – Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
Av Erasmo Braga, 115, Sala 220/222/224 - B – RJ
Tel.: (21) 3133-2208 - E-mail: cap11vciv@tjrj.jus.br
EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO, MOVIDA POR CONDOMINIO DO EDIFICIO SANTA EULALIA em face de ESPÓLIO DE JUAN JOSE BECERRA URTIGA E MARLENE BECERRA URTIGA - PROCESSO Nº 0252546-50.2017.8.19.0001, na forma abaixo:

O(A) Doutor(a) **LINDALVA SOARES SILVA** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **ESPÓLIO DE JUAN JOSE BECERRA URTIGA E MARLENE BECERRA URTIGA** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE:** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do **Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 25/10/2022 às 14:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 01/11/2022 às 14:00h. DO BEM A SER LEILOADO**: **Loja XVIII da Rua Senador Vergueiro, 218, Flamengo. Matriculado sob o nº 121.156 no 9º Registro Geral de Imóveis do Rio de Janeiro e na Prefeitura sob o nº 0.760.495-2.** (...) **Avalio o imóvel acima descrito, em R$ 160.00,000 (Cento e sessenta mil reais).** E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (ESPÓLIO DE JUAN JOSE BECERRA URTIGA E MARLENE BECERRA URTIGA) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 2022. Eu, digitei __, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo __. (ass.) **LINDALVA SOARES SILVA** – Juiz de Direito.

VL 100 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ: 15.325.439/0001-61

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019. A Diretoria

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2019	2018
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários	26.262	19.320
Contas a receber	1.183	1.193
Tributos a recuperar	2	296
Adiantamentos	467	593
	27.914	**21.402**
Ativo não circulante		
Contas a receber	363	589
Depósitos e cauções	–	67
Partes relacionadas	83	83
Investimentos	1.280	5.001
Propriedade para investimento	188.874	179.383
	190.600	**185.123**
Total do ativo	**218.514**	**206.525**
	2019	**2018**
Passivo circulante		
Contas a pagar	466	172
Impostos e contribuições a recolher	213	510
Impostos e contribuições–parcelamentos	126	126
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	61	148
Receita diferida	165	–
	1.031	**956**
Passivo não ciculante		
Impostos diferidos	55.393	53.227
Receita diferida	366	547
Partes relacionadas	231	3.783
	55.990	**57.557**
Patrimônio líquido		
Capital social	48.893	48.893
Reserva de capital	63.186	63.186
Reservas de lucros	49.414	35.933
	161.493	**148.012**
Total do passivo e patrimônio líquido	**218.514**	**206.525**

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2019	2018
Receita líquida de aluguéis e serviços	9.854	9.793
Custos de aluguéis e serviços	(1.159)	(1.246)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**8.695**	**8.547**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais	(99)	(245)
Despesas administrativas	–	(157)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	5.095	(1.713)
Outras perdas operacionais	(54)	(1)
Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	**13.637**	**6.431**
Resultado de equivalência patrimonial	**2.258**	**2.198**
Resultado financeiro líquido	**1.329**	**1.071**
Receitas financeiras	1.367	1.074
Despesas financeiras	(38)	(3)
Lucro antes da tributação	**17.224**	**9.700**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.577)	(1.458)
Diferidos	(2.166)	181
	(3.743)	**(1.277)**
Lucro líquido do exercício	**13.481**	**8.423**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucro	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**48.344**	**63.186**	**3.950**	**23.749**	**–**	**139.229**
Aumento de capital	549	–	–	–	–	549
Adoção IFRS 9	–	–	–	–	(189)	(189)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	8.423	8.423
Constituição de reservas	–	–	–	8.234	(8.234)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**48.893**	**63.186**	**3.950**	**31.983**	**–**	**148.012**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.481	13.481
Constituição de reservas	–	–	674	12.807	(13.481)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**48.893**	**63.186**	**4.624**	**44.790**	**–**	**161.493**

Demonstração do fluxo de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2019	2018
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	**13.481**	**8.423**
Ajustes		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(1.351)	(971)
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	(87)	146
Ajuste de linearização	10	42
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.166	(181)
Variação no valor justo das propriedades para investimento	(5.095)	1.713
Equivalência patrimonial	(2.258)	(2.198)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55	106
Lucro líquido ajustado	**6.921**	**7.080**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	155	(413)
Impostos a recuperar	294	198
Adiantamentos	126	(331)
Depósitos caução	67	(67)
Fornecedores	294	149
Impostos e contribuições	1.279	1.083
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(1.576)	(1.005)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	**7.560**	**6.694**
Fluxo de caixa de investimentos		
Aumento de capital	–	549
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(5.591)	(7.503)
Operações com partes relacionadas	1.842	853
Dividendos recebidos	585	643
Investimento	–	194
Aquisição e construção de propriedade para investimento	(4.396)	(1.457)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	**(7.560)**	**(6.721)**
Fluxo de caixa	**–**	**(27)**
Fluxo de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	27
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	–	–
Variação de Caixa	**–**	**(27)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nota 1 – Contexto Operacional: A VL 100 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), tem por objeto: (i) compra e venda de imóveis próprios; e (ii) a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como acionistas ou quotistas, e, ainda, participação em joint-ventures e sociedades em cota de participação. A Companhia detém 18,69% do Shopping Center Villa Lobos e 18,69% do Villa Lobos Parking. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Empresa nesses empreendimentos. **(b) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(c) Propriedade para investimento.** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. As propriedades para investimento são reconhecidas pelo seu valor justo. As avaliações foram feitas por especialistas internos utilizando modelo proprietário considerando o histórico de rentabilidade e fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Anualmente são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado. **(d) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecido pró-rata até a data do balanço. **(e) Imposto de renda e contribuição social**. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% para a receita proveniente de aluguéis e 100% para as receitas financeiras; a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas nominais. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R$ 48.893.462,71 (2018 R$ R$ 48.893.462,71), dividido em 14.470.020 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

José Vicente Coelho Duprat Avellar - Diretor - CPF: 081.301.687-82; Cláudia da Rosa Cortês de Lacerda - Diretora - CPF: 965.075.517-91; Rafael da Silva Bittencourt - Contador–CRC: 110239/O-4 - CPF: 055.635.647-03

VL 100 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ: 15.325.439/0001-61

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2020. A Diretoria

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2020	2019
Ativo circulante		
Disponibilidades	3	–
Títulos e valores mobiliários	26.680	26.262
Contas a receber	2.350	1.183
Impostos a recuperar	2	2
Adiantamentos	430	467
	29.465	**27.914**
Ativo não circulante		
Clientes	1.378	363
Partes relacionadas	83	83
Investimentos	2.253	1.280
Propriedade para investimento	171.354	188.874
Custo Diferido	841	–
	175.909	**190.600**
Total do ativo	**205.374**	**218.514**
	2020	**2019**
Passivo circulante		
Fornecedores	54	466
Impostos e contribuições a recolher	40	213
Impostos e contribuições–parcelamentos	126	126
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	58	61
Receita diferida	151	165
Outros valores a pagar	47	–
	476	**1.031**
Passivo não ciculante		
Impostos diferidos	49.648	55.393
Receita diferida	282	366
Partes relacionadas	723	231
	50.653	**55.990**
Patrimônio líquido		
Capital social	48.893	48.893
Reservas de capital	63.186	63.186
Reservas de lucros	42.166	49.414
	154.245	**161.493**
Total do passivo e patrimônio líquido	**205.374**	**218.514**

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2020	2019
Receita líquida de aluguéis e serviços	7.637	9.854
Custos de aluguéis e serviços	(1.208)	(1.159)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**6.429**	**8.695**
Despesas comerciais	(1.157)	(99)
Despesas administrativas	18	–
Variação do valor justo de propriedades para investimento	(19.129)	5.095
Outras perdas operacionais	–	(54)
Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	**(13.839)**	**13.637**
Resultado de equivalência patrimonial	**973**	**2.258**
Correntes	(848)	(1.577)
Diferidos	5.744	(2.166)
Lucro líquido do exercício	**(7.248)**	**13.481**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucro	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**48.893**	**63.186**	**3.950**	**31.983**	**–**	**148.012**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.481	13.481
Constituição de reservas	–	–	674	12.807	(13.481)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**48.893**	**63.186**	**4.624**	**44.790**	**–**	**161.493**
Prejuízo do exercício					(7.248)	(7.248)
Absorção de Prejuízo	–	–	–	(7.248)	7.248	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**48.893**	**63.186**	**4.624**	**37.542**	**–**	**154.245**

Demonstração do fluxo de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2020	2019
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	**(7.248)**	**13.481**
Ajustes		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	718	(1.351)
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	(3)	(87)
Ajuste de linearização	2.097	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.744)	2.166
Variação no valor justo das propriedades para investimento	19.129	(5.095)
Equivalência patrimonial	(972)	(2.258)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.157	55
Lucro líquido ajustado	**9.134**	**6.921**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(5.437)	155
Impostos a recuperar	–	294
Adiantamentos	37	126
Depósitos caução	–	67
Fornecedores	(412)	294
Impostos e contribuições	412	839
Receitas e Custos Diferidos	(939)	–
Outros	47	–
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(587)	(1.136)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	**2.255**	**7.560**
Fluxo de caixa de investimentos		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(1.136)	(5.591)
Operações com partes relacionadas	279	1.842
Dividendos recebidos	214	585
Aquisição e construção de propriedade para investimento	(1.609)	(4.396)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	**(2.252)**	**(7.560)**
Fluxo de caixa	**3**	**–**
Fluxo de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	–
Variação de Caixa	**3**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Nota 1 – Contexto Operacional: A VL 100 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), tem por objeto: (i) compra e venda de imóveis próprios; e (ii) a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como acionistas ou quotistas, e, ainda, participação em joint-ventures e sociedades em cota de participação. A Companhia detém 18,69% do Shopping Center Villa Lobos e 18,69% do Villa Lobos Parking. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Empresa nesses empreendimentos. **(b) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(c) Propriedade para investimento.** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. As propriedades para investimento são reconhecidas pelo seu valor justo. As avaliações foram feitas por especialistas internos utilizando modelo proprietário considerando o histórico de rentabilidade e fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Anualmente são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado. **(d) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecido pró-rata até a data do balanço. **(e) Imposto de renda e contribuição social**. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% para a receita proveniente de aluguéis e 100% para as receitas financeiras; a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas nominais. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 48.893.462,71 (2019 R$ R$ 48.893.462,71), dividido em 14.470.020 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Eduardo Langoni - Diretor - CPF: 023.403.067-44; Diretora: Bianca Viana Bastos Marcelino - CPF: 775.000.243-04; Rafael da Silva Bittencourt - Contador–CRC: 110239/O-4 - CPF: 055.635.647-03

COFAC - COMPANHIA FLUMINENSE DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A

CNPJ nº 28.234.284/0001-08

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021. A Diretoria

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Ativo circulante		
Disponibilidades	1	2
Títulos e valores mobiliários	4.127	4.001
Impostos a recuperar	6.462	6.917
Adiantamentos	5	5
	10.595	**10.925**
Ativo não circulante		
Depósitos e cauções	890	739
Partes relacionadas	451	184
	1.341	**923**
Total do ativo	**11.936**	**11.848**
	2021	**2020**
Passivo circulante		
Impostos e contribuições a recolher	35	36
Salários e encargos sociais	64	62
Impostos e contribuições - parcelamentos	-	30
	99	**128**
Patrimônio líquido		
Capital social	89.183	89.183
Prejuízos acumulados	(77.346)	(77.463)
	11.837	**11.720**
Total do passivo e patrimônio líquido	**11.936**	**11.848**

Demonstrações dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Receita líquida de aluguéis e serviços	-	-
Custos de aluguéis e serviços	-	-
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**-**	**-**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	(7)	-
Outras perdas operacionais	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	**(7)**	**-**
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	**-**
Resultado financeiro líquido	**160**	**129**
Receitas financeiras	160	129
Despesas financeiras	-	-
Lucro/prejuízo antes da tributação	**153**	**129**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(36)	(26)
Diferidos	-	-
Lucro líquido/prejuízo do exercício	**117**	**103**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em reais mil

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**89.183**	**(51.505)**	**37.678**
Ajuste de exercícios anteriores	-	(25.974)	(25.974)
Dividendos Pagos	-	(87)	(87)
Lucro líquido do exercício	-	103	103
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**89.183**	**(77.463)**	**11.720**
Lucro líquido do exercício	-	117	117
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**89.183**	**(77.346)**	**11.837**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil	2021	2020
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido/prejuízo do exercício	**117**	**103**
Ajustes		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(181)	(107)
Ajuste de linearização	-	-
Lucro líquido/ prejuízo ajustado	**(64)**	**(4)**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	-	-
Impostos a recuperar	455	(26)
Depósitos caução	(151)	(21)
Fornecedores	-	-
Impostos e contribuições	(6)	21
Salários e encargos sociais	2	-
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(25)	(21)
Outros	-	-
Fluxo de caixa aplicado pelas operações	**275**	**(47)**
Fluxo de caixa de investimentos		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	55	162
Operações com partes relacionadas	(267)	(23)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de investimento	**(212)**	**139**
Fluxo de caixa de financiamentos		
Dividendos Pagos	-	(87)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	**-**	**(87)**
Fluxo de caixa	**(1)**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1	2
Variação no caixa	**(1)**	**1**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Nota 1 – Contexto Operacional: A COFAC – Companhia Fluminense de Administração e Comércio S/A ("Companhia") tem por objeto social, a compra e venda, permuta e locação de imóveis, próprios ou de terceiros, a incorporação de edificações ou conjunto de edificações, a constituição, o desenvolvimento e a comercialização de condomínios e loteamentos, a construção sob qualquer regime de imóveis próprios ou de terceiros. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Uso de estimativas.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações financeiras da companhia incluem estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda, contribuição social e outras similares. Por serem estimativas, é normal que variações possam ocorrer quando das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. **(b) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Empresa nesses empreendimentos. **(c) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(d) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecidos pró-rata até a data do balanço. **(e) Imposto de renda e contribuição social**. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% para a receita proveniente de aluguéis e 100% para as receitas financeiras; a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas nominais. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 89.182.693 (2020 R$ 89.182.693 mil), dividido em 22.516.050 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Eduardo Langoni - Diretor - CPF: 023.403.067-44;
Claudia da Rosa Cortês de Lacerda - Diretora - CPF: 965.075.517-91;
Rafael da Silva Bittencourt - Contador - CRC: 110239/O-4
CPF: 055.635.647-03

ANP começa análise de impacto regulatório

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) iniciou uma análise de impacto regulatório (AIR) sobre o procedimento de licitação de blocos para exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural, com foco no sistema de Oferta Permanente. “O principal objetivo é a identificação de pontos de melhoria que possam ampliar a otimização dos resultados dos leilões, permitindo mapear fatores de estímulo à participação de empresas nos ciclos da Oferta Permanente”, comunicou a agência reguladora nesta segunda-feira.

Para obter subsídios das empresas do setor de petróleo e gás natural ao AIR, a ANP disponibilizou um questionário, pelo qual podem ser enviadas manifestações sobre garantias de oferta, bônus de assinatura, procedimentos de inscrição e qualificação e programa exploratório mínimo, entre outros.

O questionário poderá ser acessado no link (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeNJ9zyBTRU9tZJa26Gw3ShCVFTmBT2AiJ16fP3EJAJaoidoQ/viewform), até às 18h do dia 17/10/2022, devendo ser preenchido e enviado até a mesma data e horário. A utilização do questionário disponibilizado é obrigatória, não sendo aceitos comentários ou sugestões fora dos padrões disponibilizados. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos através do e-mail rodadas@anp.gov.br.

A análise de impacto regulatório (AIR) é um procedimento prévio e formal regulamentado pelo Decreto nº 10.411/2020, que visa à reunião da maior quantidade de possível de informações sobre um determinado tema regulado pela Agência, para avaliar os possíveis impactos das alternativas de ação disponíveis para o alcance dos objetivos pretendidos. A AIR tem como finalidade orientar e subsidiar a tomada de decisão e contribuir para tornar a regulação mais efetiva, eficaz e eficiente.

Oferta Permanente

A Oferta Permanente é, no momento, a principal modalidade de licitação de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil. Nesse formato, há a oferta contínua de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais localizados em quaisquer bacias terrestres ou marítimas.

“As empresas não precisam esperar uma rodada de licitações ‘tradicional’ para ter oportunidade de arrematar um bloco ou área com acumulação marginal, que passam a estar permanentemente em oferta. Além disso, as companhias contam com o tempo que julgarem necessário para estudar os dados técnicos dessas áreas antes de fazer uma oferta, sem o prazo limitado do edital de uma rodada”, informa a agência.

Atualmente, há duas modalidades de Oferta Permanente: Oferta Permanente de Concessão (OPC) e Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP), de acordo com o regime de contratação (concessão e partilha). Já foram realizados três ciclos da OPC e a OPP encontra-se com seu 1º Ciclo aberto

VL 100 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ: 15.325.439/0001-61

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021. A Diretoria

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Ativo circulante		
Disponibilidades	–	3
Títulos e valores mobiliários	28.667	26.680
Contas a receber	5.228	2.350
Impostos a recuperar	3	2
Adiantamentos	960	430
Outros Valores a Receber	68	–
	34.926	**29.465**
Ativo não circulante		
Clientes	1.284	1.378
Partes relacionadas	787	83
Investimentos	1.714	2.253
Propriedade para investimento	178.659	171.354
Custo Diferido	748	841
	183.192	**175.909**
Total do ativo	**218.118**	**205.374**
	2021	**2020**
Passivo circulante		
Fornecedores	–	54
Impostos e contribuições a recolher	493	40
Impostos e contribuições–parcelamentos	–	126
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	21	58
Receita diferida	166	151
Outros valores a pagar	45	47
	725	**476**
Passivo não ciculante		
Impostos diferidos	51.839	49.648
Receita diferida	321	282
Partes relacionadas	569	723
	52.729	**50.653**
Patrimônio líquido		
Capital social	48.893	48.893
Reservas de capital	63.186	63.186
Reservas de lucros	52.585	42.166
	164.664	**154.245**
Total do passivo e patrimônio líquido	**218.118**	**205.374**

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Receita líquida de aluguéis e serviços	8.006	7.637
Custos de aluguéis e serviços	(1.211)	(1.208)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**6.795**	**6.429**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais	(1.107)	(1.157)
Despesas administrativas	46	18
Variação do valor justo de propriedades para	5.224	(19.129)
Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	**10.958**	**(13.839)**
Resultado de equivalência patrimonial	**1.704**	**973**
Resultado financeiro líquido	**1.353**	**722**
Receitas financeiras	1.379	756
Despesas financeiras	(26)	(34)
Lucro antes da tributação	**14.015**	**(12.144)**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.405)	(847)
Diferidos	(2.191)	5.744
	(3.596)	**4.897**
Lucro líquido do exercício	**10.419**	**(7.247)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucro	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**48.893**	**63.186**	**4.624**	**44.789**	**–**	**161.492**
Prejuízo do exercício	–	–	–		(7.247)	(7.247)
Absorção de Prejuízo	–	–	-	(7.247)	7.247	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**48.893**	**63.186**	**4.624**	**37.542**	**–**	**154.245**
Lucro do exercício	–	–	–		10.419	10.419
Constituição de reservas	–	–	521	9.898	(10.419)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**48.893**	**63.186**	**5.145**	**47.440**	**–**	**164.664**

Demonstração do fluxo de caixa Para o exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	**10.419**	**(7.247)**
Ajustes		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	1.322	718
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	(37)	(3)
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	(423)	2.097
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.191	(5.744)
Variação no valor justo das propriedades para investimento	(5.224)	19.129
Equivalência patrimonial	(1.704)	(973)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.107	1.157
Lucro líquido ajustado	**7.651**	**9.134**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(3.468)	(5.437)
Impostos a recuperar	(1)	-
Adiantamentos	(530)	37
Fornecedores	(54)	(412)
Impostos e contribuições	1.096	412
Receitas e Custos Diferidos	147	(939)
Outros	(70)	47
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(769)	(587)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	**4.002**	**2.255**
Fluxo de caixa de investimentos		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(3.309)	(1.136)
Operações com partes relacionadas	(578)	279
Investimentos	1.963	214
Aquisição e construção de propriedade para investimento	(2.081)	(1.609)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	**(4.005)**	**(2.252)**
Fluxo de caixa	**(3)**	**3**
Fluxo de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	3
Variação de Caixa	**(3)**	**3**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Nota 1 – Contexto Operacional: A VL 100 Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), tem por objeto: (i) compra e venda de imóveis próprios; e (ii) a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como acionistas ou quotistas, e, ainda, participação em joint-ventures e sociedades em cota de participação. A Companhia detém 18,69% do Shopping Center Villa Lobos e 18,69% do Villa Lobos Parking. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Empresa nesses empreendimentos. **(b) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(c) Propriedade para investimento.** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. As propriedades para investimento são reconhecidas pelo seu valor justo. As avaliações foram feitas por especialistas internos utilizando modelo proprietário considerando o histórico de rentabilidade e fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Anualmente são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado. **(d) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecido pró-rata até a data do balanço. **(e) Imposto de renda e contribuição social**. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% para a receita proveniente de aluguéis e 100% para as receitas financeiras; a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas nominais. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 48.893.462,71 (2020 R$ R$ 48.893.462,71), dividido em 14.470.020 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Eduardo Langoni - Diretor - CPF: 023.403.067-44; Diretora: Bianca Viana Bastos Marcelino - CPF: 775.000.243-04; Rafael da Silva Bittencourt - Contador–CRC: 110239/O-4 - CPF: 055.635.647-03

SHOPPING CENTER MOOCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A

CNPJ: 07.785.392/0001-90

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019. A Diretoria.

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

Ativo	2019	2018
Circulante		
Disponibilidades	78	77
Títulos e valores mobiliários	17.024	3.273
Contas a receber	5.803	7.204
Tributos a recuperar	23	132
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	-	465
Adiantamentos	129	131
Outros valores a receber	79	921
	23.136	**12.203**
Não Circulante		
Clientes	1.792	2.215
Depósitos e cauções	113	3
Partes relacionadas	607	605
	2.512	**2.823**
Propriedade para investimento	834.259	659.246
Intangível	29	29
	834.288	**659.275**
Total ativo	**859.936**	**674.301**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	169	128
Empréstimos e financiamentos	–	8.612
Impostos e contribuições a recolher	153	137
Provisão imposto de renda e contribuição social	989	826
Impostos e contribuições–parcelamentos	362	362
Instrumentos derivativos	–	1.224
Receita diferida	535	–
Partes relacionadas	1.134	1.166
	3.342	**12.455**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	–	21.530
Impostos diferidos	204.471	173.746
Instrumentos derivativos	–	3.409
Receita diferida	126	840
Partes relacionadas	103.585	798
	308.182	**200.323**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	92.684	91.714
Reservas de lucros	455.728	369.809
	548.412	**461.523**
Total do patrimônio líquido	**548.412**	**461.523**
Total passivo e patrimônio líquido	**859.936**	**674.301**

Demonstração do resultado do exercício Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2019	2018
Receita líquida de aluguéis e serviços	32.697	27.715
Custos de aluguéis e serviços	(3.178)	(1.968)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**29.519**	**25.747**
Receitas (despesas) operacionais		
Receitas/ Despesas comerciais	(983)	2.234
Despesas administrativas	(45)	(185)
Variação valor justo de propriedades para investimento	82.973	79.419
Outros ganhos (perdas) operacionais	(356)	(12)
Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	**111.108**	**107.203**
Resultado de equivalência patrimonial	**8.316**	**6.694**
Resultado financeiro líquido	**1.083**	**(3.457)**
Receitas financeiras	1.325	3.260
Despesas financeiras	(242)	(6.717)
Lucro antes da tributação	**120.507**	**110.440**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(3.863)	(3.167)
Diferidos	(30.724)	(29.670)
Lucro líquido do exercício	**85.920**	**77.603**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**91.714**	**10.655**	**289.476**	**–**	**391.846**
Lucro do exercício	–	–	–	77.603	77.603
Dividendos pagos	–	–	(6.793)	–	(6.793)
Constituição de reserva	–	3.880	72.590	(76.470)	–
Adoção do IFRS 9	–	–	–	(1.133)	(1.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**91.714**	**14.535**	**355.273**	**–**	**461.523**
Aumento de capital social	970	–	–	–	970
Lucro do exercício	–	–	–	85.920	85.920
Constituição de reserva	–	4.296	81.624	(85.920)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**92.684**	**18.831**	**436.897**	**–**	**548.413**

Demonstração do fluxo de caixa Para o exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2019	2018
Fluxo de caixa operacional		
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	**85.920**	**77.603**
Ajustes		
Atualização de empréstimos e financiamentos	243	6.716
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(528)	(130)
Ajuste de linearização	434	(632)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.724	29.670
Variação no valor justo das propriedades para investimento	(82.973)	(79.419)
Equivalência patrimonial	(8.316)	(6.694)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	603	(2.524)
Lucro líquido ajustado	**26.107**	**24.590**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	578	(2.177)
Impostos a recuperar	574	(23)
Adiantamentos	2	3
Despesa antecipadas	–	–
Depósitos caução	(110)	164
Fornecedores	41	(735)
Impostos e contribuições	3.880	3.045
Instrumentos derivativos	(4.633)	(928)
Receita diferida	30	(276)
Provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	–	(39)
Outros	841	119
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(3.700)	(2.926)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	**23.610**	**20.817**
Fluxo de caixa de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	105.000	(495)
Aumento de capital	–	–
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(13.223)	(568)
Operações com partes relacionadas	6.026	3.439
Dividendos recebidos	43	(26.560)
Investimento	–	32.987
Aquisição e construção de propriedade para investimento	(92.040)	(7.500)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	**5.806**	**1.303**
Fluxo de caixa de financiamentos		
Obtenção de empréstimos	–	–
Amortização de empréstimos	(30.385)	(15.329)
Dividendos Pagos	–	(6.793)
Aumento capital social	970	–
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	**(29.415)**	**(22.122)**
Fluxo de caixa	**1**	**(2)**
Fluxo de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	77	79
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	78	77
Variação de Caixa	**1**	**(2)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018.

Nota 1 – Contexto Operacional: O Shopping Center Mooca Empreendimentos Imobiliários S.A., tem por objeto social o propósito de promover, desenvolver e explorar exclusivamente mediante a compra, venda e locação de espaços de um empreendimento na modalidade de Shopping Center. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Uso de estimativas.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações financeiras da companhia incluem estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões imposto de imposto de renda, contribuição social e outras similares. Por serem estimativas, é normal que variações possam ocorrer quando das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. **(b) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Empresa nesses empreendimentos. **(c) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(d) Propriedade para investimento.** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. As propriedades para investimento são reconhecidas pelo seu valor justo. As avaliações foram feitas por especialistas internos utilizando modelo proprietário considerando o histórico de rentabilidade e fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Anualmente são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado. **(e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecido pró-rata até a data do balanço. **(f) Imposto de renda e contribuição social**. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% para a receita proveniente de aluguéis e 100% para as receitas financeiras; a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas nominais. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R$ 92.683.536,19 (2018 R$ 91.713.536,18), dividido em 4.200.845 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Diretor: José Vicente Coelho Duprat Avellar - CPF: 081.301.687-82; Diretora: Cláudia da Rosa Cortês de Lacerda - CPF: 965.075.517-91 - Contador: Rafael da Silva Bittencourt–CRC:110239/O-4

Anbima quer entender o comportamento dos investidores

Pesquisa ouvirá 700 pessoas ao longo de 4 meses

Para entender melhor o comportamento dos investidores, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) conduzirá um grupo de pesquisadores a pegar a estrada e percorrer mais de 8 mil quilômetros pelas cinco regiões do Brasil dentro de um ônibus. "Isso vai nos ajudar a responder uma pergunta: 'como você investe o seu dindim?'", afirma a Federação.

"Nossos estudos e pesquisas são um importante instrumento para entender o comportamento financeiro, as motivações e anseios dos brasileiros e ajudar as instituições a se comunicarem melhor e de forma mais efetiva na hora de falar de investimentos com seus clientes", afirma Carlos André, presidente da Anbima.

A pesquisa tem abordagem qualitativa e tem apoio da consultoria Na Rua, que investigará o comportamento de cerca de 700 investidores ao longo de quatro meses em sete estados: São Paulo, Goiás, Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O objetivo é mirar perfis, costumes e realidades socioeconômicas diferentes para compreender padrões de comportamento.

"Para uma investigação mais profunda, vamos escolher 30 delas para uma conversa detalhada. Essa imersão vai acontecer dentro do nosso ônibus, com dinâmicas e um jeito lúdico de abordar a jornada de investimento de cada um", relata

Cenário econômico

Como o investidor reage a uma mudança no cenário econômico? Ele sabe identificar sua tolerância ao risco? A diversificação da carteira está no seu radar? Essas são apenas algumas das questões que a Federação pretende responder com essa pesquisa qualitativa. "Queremos descobrir aspectos que uma pesquisa quantitativa não consegue, nos aproximarmos ainda mais dos investidores e entender seus desafios ao investir", ressalta Marcelo Billi, superintendente de Educação e Certificação da Federação.

Após a fase de campo, haverá um período de análise e formatação das informações e o resultado da pesquisa "Como você investe o seu dindim?" será divulgado em 2023. "Por agora, convidamos todos a visitar nossa página especial e a acompanhar a viagem pelas nossas redes sociais".

SHOPPING CENTER MOOCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A

CNPJ: 07.785.392/0001-90

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2020. A Diretoria.

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

Ativo	2020	2019
Circulante		
Disponibilidades	78	78
Títulos e valores mobiliários	10.420	17.024
Contas a receber	10.834	5.803
Tributos a recuperar	23	23
Adiantamentos	135	129
Outros valores a receber	374	79
	21.864	**23.136**
Não Circulante		
Clientes	2.707	1.792
Depósitos e cauções	68	113
Partes relacionadas	608	607
	3.383	**2.512**
Investimentos	3.303	–
Propriedade para investimento	808.176	834.259
Intangível	29	29
Diferido	–	–
	811.508	**834.288**
Total ativo	**836.755**	**859.936**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	244	169
Impostos e contribuições a recolher	620	153
Provisão imposto de renda e contribuição social	–	989
Salários e encargos sociais	7	–
Impostos e contribuições–parcelamentos	362	362
Provisão para processos judiciais,administrativos e obrigações legais	9	–
Receita diferida	505	535
Partes relacionadas	–	1.134
	1.747	**3.342**
Não Circulante		
Provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	220	–
Impostos diferidos	199.578	204.471
Receita diferida	189	126
Partes relacionadas	109.656	103.585
	309.643	**308.182**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	92.684	92.684
Reservas de lucros	432.681	455.728
	525.365	**548.412**
Total do patrimônio líquido	**525.365**	**548.412**
Total passivo e patrimônio líquido	**836.755**	**859.936**

Demonstração do resultado do exercício
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2020	2019
Receita líquida de aluguéis e serviços	29.074	32.697
Custos de aluguéis e serviços	(3.176)	(3.178)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**25.898**	**29.519**
Receitas (despesas) operacionais		
Receitas/ Despesas comerciais	(2.381)	(983)
Despesas administrativas	(233)	(45)
Variação valor justo de propriedades para investimento	(26.684)	82.973
Outros ganhos (perdas) operacionais	(523)	(356)
Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	**(3.923)**	**111.108**
Resultado de equivalência patrimonial	**4.437**	**8.316**
Resultado financeiro líquido	**178**	**1.083**
Receitas financeiras	437	1.325
Despesas financeiras	(259)	(242)
Lucro antes da tributação	**692**	**120.507**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(2.632)	(3.863)
Diferidos	4.893	(30.724)
Lucro líquido do exercício	**2.953**	**85.920**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**91.714**	**14.535**	**355.273**	**–**	**461.523**
Aumento de capital social	970	–	–	–	970
Lucro do exercício	–	–	–	85.920	85.920
Constituição de reserva	–	4.296	81.624	(85.920)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**92.684**	**18.831**	**436.897**	**–**	**548.413**
Lucro do exercício	–	–	–	2.953	2.953
Dividendos pagos	–	–	(23.195)	(2.805)	(26.000)
Constituição de reserva	–	148	–	(148)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**92.684**	**18.979**	**413.702**	**–**	**525.366**

Demonstração do fluxo de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2020	2019
Fluxo de caixa operacional		
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	**2.953**	**85.920**
Ajustes		
Atualização de empréstimos e financiamentos	–	243
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(528)	(528)
Amortização dos intangíveis	–	–
Ajuste de linearização	5.565	434
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.893)	30.724
Variação no valor justo das propriedades para investimento	26.684	(82.973)
Equivalência patrimonial	(4.437)	(8.316)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.381)	603
Lucro líquido ajustado	**22.963**	**26.107**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(9.134)	578
Impostos a recuperar	–	574
Adiantamentos	(6)	2
Depósitos caução	45	(110)
Fornecedores	75	41
Impostos e contribuições	3.108	3.880
Salários e encargos sociais	7	–
Instrumentos derivativos	–	(4.633)
Receita diferida	37	30
Provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	229	–
Outros	(295)	841
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(3.630)	(3.700)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	**13.399**	**23.610**
Fluxo de caixa de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	105.000
Aumento de capital	–	–
Aquisição de títulos e valores mobiliários	7.132	(13.223)
Operações com partes relacionadas	4.936	6.026
Dividendos recebidos	–	43
Investimento	1.134	–
Aquisição e construção de propriedade para investimento	(601)	(92.040)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	**12.601**	**5.806**
Fluxo de caixa de financiamentos		
Amortização de empréstimos	–	(30.385)
Dividendos Pagos	(26.000)	–
Aumento de capital social	–	970
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	**(26.000)**	**(30.385)**
Fluxo de caixa	**–**	**1**
Fluxo de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	78	77
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	78	78
Variação de Caixa	**–**	**1**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.

Nota 1 – Contexto Operacional: O Shopping Center Mooca Empreendimentos Imobiliários S.A., tem por objeto social o propósito de promover, desenvolver e explorar exclusivamente mediante a compra, venda e locação de espaços de um empreendimento na modalidade de Shopping Center. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Uso de estimativas.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações financeiras da companhia incluem estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões imposto de imposto de renda, contribuição social e outras similares. Por serem estimativas, é normal que variações possam ocorrer quando das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. **(b) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Empresa nesses empreendimentos. **(c) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(d) Propriedade para investimento.** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. As propriedades para investimento são reconhecidas pelo seu valor justo. As avaliações foram feitas por especialistas internos utilizando modelo proprietário considerando o histórico de rentabilidade e fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Anualmente são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado. **(e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecido pró-rata até a data do balanço. **(f) Imposto de renda e contribuição social**. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% para a receita proveniente de aluguéis e 100% para as receitas financeiras; a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas nominais. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 92.683.536,19 (2019 R$ 92.683.536,19), dividido em 4.200.845 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Diretor: Eduardo Langoni CPF: 023.403.067-44; Diretora: Bianca Viana Bastos Marcelino - CPF: 775.000.243-04; Contador: Rafael da Silva Bittencourt–CRC:110239/O-4

SHOPPING CENTER MOOCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A

CNPJ: 07.785.392/0001-90

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021. A Diretoria.

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

Ativo	2021	2020
Circulante		
Disponibilidades	382	78
Títulos e valores mobiliários	1.030	10.420
Contas a receber	10.659	10.834
Tributos a recuperar	17	23
Adiantamentos	137	135
Despesas antecipadas	1.090	–
Outros valores a receber	617	374
	13.932	**21.864**
Não Circulante		
Clientes	2.254	2.707
Depósitos e cauções	135	68
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	4	–
Débitos de controladas e coligadas	663	608
	3.056	**3.383**
Investimentos	505	3.303
Propriedade para investimento	783.082	808.176
Intangível	29	29
Diferido	–	–
	783.616	**811.508**
Total ativo	**800.604**	**836.755**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	299	244
Impostos e contribuições a recolher	1.612	620
Salários e encargos sociais	7	7
Impostos e contribuições–parcelamentos	–	362
Provisão para processos judiciais,administrativos e obrigações legais	14	9
Receita diferida	269	505
	2.201	**1.747**
Não Circulante		
Provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	265	220
Impostos diferidos	193.267	199.578
Empréstimos de empresas ligadas	107.260	109.656
	300.792	**309.643**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	92.684	92.684
Reservas de lucros	404.927	432.681
	497.611	**525.365**
Total do patrimônio líquido	**497.611**	**525.365**
Total passivo e patrimônio líquido	**800.604**	**836.755**

Demonstração do resultado do exercício
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Receita líquida de aluguéis e serviços	33.228	29.076
Custos de aluguéis e serviços	(7.751)	(3.176)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**25.477**	**25.900**
Receitas (despesas) operacionais		
Receitas/ Despesas comerciais	(2.914)	(2.381)
Despesas administrativas	(50)	(233)
Variação valor justo de propriedades para investimento	(28.192)	(26.684)
Outros ganhos (perdas) operacionais	(44)	(523)
Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	**(5.723)**	**(3.921)**
Resultado de equivalência patrimonial	**6.253**	**4.437**
Resultado financeiro líquido	**175**	**178**
Receitas financeiras	387	437
Despesas financeiras	(212)	(259)
Lucro antes da tributação	**705**	**694**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(3.817)	(2.632)
Diferidos	6.314	4.893
Lucro líquido do exercício	**3.202**	**2.955**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**92.684**	**18.831**	**436.897**	**–**	**548.413**
Lucro do exercício	–	–	–	2.953	2.953
Dividendos pagos	–	–	(23.195)	(2.805)	(26.000)
Constituição de reserva	–	148	–	(148)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**92.684**	**18.979**	**413.702**	**–**	**525.366**
Lucro do exercício	–	–	–	3.202	3.202
Dividendos pagos	–	–	(27.914)	(3.042)	(30.956)
Constituição de reserva	–	160	–	(160)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**92.684**	**19.139**	**385.788**	**–**	**497.612**

Demonstração do fluxo de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Fluxo de caixa operacional		
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	**3.202**	**2.953**
Ajustes		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	304	(528)
Ajuste de linearização	(2.948)	5.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.311)	(4.893)
Variação no valor justo das propriedades para investimento	28.192	26.684
Equivalência patrimonial	6.253	(4.437)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.914)	(2.381)
Lucro líquido ajustado	**25.778**	**23.091**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	6.772	(9.262)
Impostos a recuperar	2	–
Adiantamentos	(2)	(6)
Despesa antecipadas	(1.090)	–
Depósitos caução	(67)	45
Fornecedores	55	75
Impostos e contribuições	4.430	3.108
Salários e encargos sociais	–	7
Receita diferida	(707)	37
Provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	50	229
Outros	(243)	(295)
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(3.800)	(3.630)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	**31.178**	**13.399**
Fluxo de caixa de investimentos		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	9.086	7.132
Operações com partes relacionadas	(2.451)	4.936
Investimento	(3.455)	1.134
Aquisição e construção de propriedade para investimento	(3.098)	(601)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	**82**	**12.601**
Fluxo de caixa de financiamentos		
Dividendos Pagos	(30.956)	(26.000)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	**(30.956)**	**(26.000)**
Fluxo de caixa	**304**	**–**
Fluxo de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	78	78
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	382	78
Variação de Caixa	**304**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.

Nota 1 – Contexto Operacional: O Shopping Center Mooca Empreendimentos Imobiliários S.A., tem por objeto social o propósito de promover, desenvolver e explorar exclusivamente mediante a compra, venda e locação de espaços de um empreendimento na modalidade de Shopping Center. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Uso de estimativas.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações financeiras da companhia incluem estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões imposto de imposto de renda, contribuição social e outras similares. Por serem estimativas, é normal que variações possam ocorrer quando das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. **(b) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Empresa nesses empreendimentos. **(c) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(d) Propriedade para investimento.** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. As propriedades para investimento são reconhecidas pelo seu valor justo. As avaliações foram feitas por especialistas internos utilizando modelo proprietário considerando o histórico de rentabilidade e fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Anualmente são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado. **(e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecido pró-rata até a data do balanço. **(f) Imposto de renda e contribuição social**. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 32% para a receita proveniente de aluguéis e 100% para as receitas financeiras; a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas nominais. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 92.683.536,19 (2020 R$ 92.683.536,19), dividido em 4.200.845 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Diretor: Eduardo Langoni - CPF: 023.403.067-44; Diretora: Bianca Viana Bastos Marcelino - CPF: 775.000.243-04; Contador: Rafael da Silva Bittencourt–CRC:110239/O-4

Lei de Cotas: 82,4% de empresas de SP não cumpriram em 2019

Houve emprego de pessoas com deficiência, mas sem preencher cota

O número de empresas paulistas que deixaram de cumprir a norma que obriga a inclusão de profissionais com deficiência no quadro funcional em 2019, chega a 82,4%, revela estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Segundo o estudo, entre 11.751 empresas paulistas, com matrizes no Estado de São Paulo e filiais em diversas localidades do país, sob o mesmo CNPJ, apenas 2.067 (17,6%) estavam cumprindo a cota naquele ano.

Na área de abrangência da 15ª Região (composta por 599 municípios do interior e do litoral norte), de 4.813 empresas, 22,3% cumpriam a cota, representando percentual superior ao encontrado no total das empresas do estado de São Paulo. Considerando somente a área da 2ª Região (composta por 46 municípios da região metropolitana de São Paulo e Baixada Santista), de 6.938 empresas, 14,4% estavam cumprindo a cota, um percentual inferior ao encontrado em todo o território paulista.

A Lei de Cotas obriga empresas que têm de 100 a 200 empregados manter em seus quadros 2% de funcionários que sejam pessoas com deficiência. Já em organizações com um número de 201 a 500 trabalhadores, o percentual sobe para 3%. Quando composta por 501 a mil empregados, a empresa deve ter 4% de trabalhadores com deficiência contratados. Por fim, em empresas com mil ou mais empregados, a porcentagem deve ser de 5%.

Em 2019, dos 317.179 postos de trabalhos disponíveis nas 11.751 empresas de São Paulo, foram ocupados 145.801 (46%), não tendo sido ocupados 171.378 postos, ou seja, 54% das vagas reservadas para as pessoas com deficiência.

NATTCA2006 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.496.047/0001-08

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021. A Diretoria

Balanço Patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Títulos e valores mobiliários	9.383	4.975
Contas a receber	28.243	18.805
Tributos a recuperar	1.105	1.400
Adiantamentos	367	446
Despesas antecipadas	-	42
Outros valores a receber	1.276	511
	40.376	**26.181**
Não circulante		
Contas a receber	9.932	150
Depósitos e cauções	365	92
Tributos a recuperar	368	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	37.626
Débitos de controladas e coligadas	801	-
Outros valores a receber	2.824	-
	14.290	**37.868**
Investimentos	5.446	5.119
Propriedades para investimento	1.028.142	1.008.232
	1.033.588	**1.013.351**
Total do ativo	**1.088.254**	**1.077.400**
Passivo	**2021**	**2020**
Circulante		
Contas a pagar	-	837
Empréstimos e financiamentos	90.621	57.104
Impostos e contribuições a recolher	1.321	526
Salários e encargos sociais	18	11
Provisão para processos judiciais,administrativos e obrigações legais	145	524
Receita diferida	965	675
Adiantamentos de clientes	367	386
	93.437	**60.063**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	266.857	325.071
Provisão para processos judiciais,administrativos e obrigações legais	692	412
Impostos e contribuições – parcelamentos	-	312
Impostos diferidos	243.742	280.023
Receita diferida	2.301	883
Empréstimos de empresas ligadas	1.216	941
	514.808	**607.642**
Patrimônio Líquido		
Capital social	456.585	381.978
Reservas de lucros	23.424	27.717
	480.009	**409.695**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.088.254**	**1.077.400**

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Receita líquida de aluguéis e serviços	49.316	43.415
Custos de aluguéis e serviços	(6.730)	(10.306)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**42.586**	**33.109**
Receitas/Despesas operacionais		
Despesas comerciais	(3.342)	(4.888)
Despesas administrativas	(312)	(31)
Ganho com valor justo de propriedades para investimento	8.795	(50.086)
Outros ganhos (perdas) operacionais	(3.662)	(99)
Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	**44.065**	**(21.995)**
Resultado de equivalência patrimonial	**10.366**	**5.402**
Resultado financeiro líquido	**(64.198)**	**(44.530)**
Receitas financeiras	1.311	1.815
Despesas financeiras	(65.509)	(46.345)
Prejuízo antes da tributação	**(9.767)**	**(61.123)**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	-	-
Diferidos	6.704	21.303
Prejuízo do exercício	**(3.063)**	**(39.820)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros a realizar	Lucro acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**301.317**	**5.498**	**38.087**	**16.361**	**-**	**361.263**
Aumento de capital social	80.661	-	-	-	-	80.661
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	9.792	-	-	9.792
Prejuízo do exercício	-	-		-	(39.820)	(39.820)
Absorsão de prejuízos	-		(39.820)	-	39.820	-
Dividendos pagos	-	-	(2.201)	-	-	(2.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**381.978**	**5.498**	**5.858**	**16.361**	**-**	**409.695**
Aumento de capital	74.607	-	-	-	-	74.607
Prejuízo do exercício	-	-	-		(3.063)	(3.063)
Absorção de prejuízos	-	-	(3.063)	-	3.063	-
Dividendos pagos	-	-	(1.230)	-	-	(1.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**456.585**	**5.498**	**1.565**	**16.361**	**-**	**480.009**

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Fluxo de caixa operacional		
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**(3.063)**	**(39.820)**
Ajustes		
Atualização de empréstimos e financiamentos	62.887	46.345
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(432)	(168)
Ajuste de linearização	2.001	(11.066)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.996)	(21.303)
Variação no valor justo das propriedades para investimento	(8.795)	50.086
Equivalência patrimonial	(10.366)	(5.402)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.800	4.525
Lucro ajustado	**39.036**	**23.197**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(14.805)	(6.855)
Impostos a recuperar	(74)	2.759
Adiantamentos	79	(116)
Despesa antecipadas	42	1
Depósitos caução	(273)	39
Fornecedores	918	(73)
Impostos e contribuições	484	(4.580)
Salários e encargos sociais	7	(10)
Adiantamento de clientes	62	329
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	99	32
Impostos Diferidos	337	(6.969)
Outros	(3.589)	196
Fluxo de caixa gerado pelas operações	**22.323**	**7.950**
Fluxo de caixa de investimentos		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(3.976)	(744)
Operações com partes relacionadas	6.975	25.275
Aquisição e construção de propriedade para investimento	(11.115)	(8.009)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	**(8.116)**	**16.522**
Fluxo de caixa de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(87.584)	(80.129)
Dividendos pagos	(1.230)	(2.201)
Aumento de capital	74.607	57.800
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	**(14.207)**	**(24.530)**
Fluxo de caixa	**0**	**(59)**
Fluxo de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	61
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2	2
Variação de Caixa	**0**	**(59)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e de 2020

Nota 1 – Contexto Operacional: A Nattca2006 Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade que tem como objeto social, dentre outros, a gestão e administração de propriedade imobiliária, consultoria em gestão empresarial e exploração de estacionamento. A Companhia detém de 100% do Shopping Estação e Campinas. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Uso de estimativas.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações financeiras da companhia incluem estimativas referentes à provisão para devedores duvidosos, imposto de renda, contribuição social e outras similares. Por serem estimativas, é normal que variações possam ocorrer quando das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. **(b) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Companhia nesses empreendimentos. **(c) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(d) Propriedade para investimento.** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. As propriedades para investimento são reconhecidas pelo seu valor justo. As avaliações foram feitas por especialistas internos utilizando modelo proprietário considerando o histórico de rentabilidade e fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Anualmente são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado. **(e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecido pró-rata até a data do balanço. **(f) Imposto de renda e contribuição social**. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro real anual. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado ajustado nos termos da legislação vigente. A provisão para o imposto de renda é constituída pelo montante bruto, aplicando-se a alíquota-base de 15%, mais o adicional de 10%. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31/12/2021, o capital social da Companhia é de R$ 456.584.675,34 (2020 R$ $ 381.977.564,23), dividido em 58.783.546 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Eduardo Langoni - Diretor - CPF: 023.403.067-44; Diretora: Bianca Viana Bastos Marcelino - CPF: 775.000.243-04; Rafael da Silva Bittencourt - Contador - CRC: 110239/O-4 - CPF: 055.635.647-03.

PROFFITO HOLDING PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ: 08.741.778/0001-63

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021. A Diretoria

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Ativo circulante		
Caixas e equivalentes de ciaxa	118	370
Títulos e valores mobiliários	3.153	2.343
Contas a receber	13.346	14.007
Tributos a recuperar	539	-
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	-	953
Adiantamentos	5.192	415
Despesas antecipadas	18	35
Outros valores a receber	591	536
	22.957	**18.659**
Ativo não circulante		
Clientes	6.531	6.276
Depósitos e cauções	419	346
Adiantamento para futuro aumento de capital	87.088	-
Tributos a recuperar	181	-
Débitos de controladas e coligadas	7.565	15.989
Outros valores a receber	578	-
	102.362	**22.611**
Investimentos	263.996	259.799
Imobilizado	1.881	-
Propriedade para investimento	1.261.205	1.219.614
	1.527.082	**1.479.413**
Total do ativo	**1.652.401**	**1.520.683**
Passivo circulante	**2021**	**2020**
Contas a pagar	1.894	2.846
Impostos e contribuições a recolher	1.293	-
Salários e encargos sociais	20	1.214
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	130	43
Receita Diferida	1.106	-
Outros valores a pagar	69	721
	4.512	**4.824**
Passivo não circulante		
Impostos diferidos	356.647	354.967
Receita diferida	1.445	1.935
Empréstimos de empresas ligadas	10.429	7.638
	368.521	**364.540**
Patrimônio Líquido		
Capital social	790.998	706.284
Reservas de capital	23.060	23.060
Reservas de lucros	766.607	723.272
Ações em tesouraria	(301.297)	(301.297)
	1.279.368	**1.151.319**
Total do patrimônio líquido	**1.279.368**	**1.151.319**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.652.401**	**1.520.683**

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Receita líquida de aluguéis e serviços	49.267	47.116
Custos de aluguéis e serviços	(3.832)	(5.285)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	**45.435**	**41.831**
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas comerciais	(5.831)	(4.984)
Despesas administrativas	(138)	207
Despesas Tributárias	-	(17)
Variação do valor justo de propriedade para investimento	(4.942)	63.540
Outras (despesas) ou receitas operacionais	1.077	(3.577)
Lucro antes da equivalência, do resultado financeiro e dos tributos	**35.601**	**97.000**
Resultado de equivalência patrimonial	**83.174**	**46.422**
Resultado financeiro líquido	**315**	**951**
Receitas financeiras	786	1.473
Despesas financeiras	(471)	(522)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**119.090**	**144.373**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(4.861)	(3.690)
Diferidos	(1.708)	(26.513)
	(6.569)	**(30.203)**
Lucro líquido do exercício	**112.521**	**114.170**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

				Reservas de lucros			
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**706.284**	**(303.256)**	**21.468**	**51.129**	**644.531**	**-**	**1.120.156**
Ações em tesouraria	-	1.959	1.592	-	-	-	3.551
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	114.170	114.170
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(86.558)	(86.558)
Constituição de reservas	-	-	-	5.709	21.903	(27.612)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**706.284**	**(301.297)**	**23.060**	**56.838**	**666.435**	**-**	**1.151.319**
Constituição de Capital Social	84.714	-	-	-	-	-	84.714
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	112.521	112.521
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(69.186)	(69.186)
Constituição de reservas	-	-	-	5.626	37.709	(43.335)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**790.998**	**(301.297)**	**23.060**	**62.464**	**704.143**	**-**	**1.279.368**

Demonstração do fluxo de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro Em reais mil

	2021	2020
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	**112.521**	**114.170**
Ajustes		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(347)	(809)
Ajuste de linearização	40	(9.858)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.680	26.512
Atualização para processos judiciais administrativos e obrigações legais	87	
Variação no valor justo das propriedades para investimento	4.942	(120.370)
Equivalência patrimonial	(83.174)	(115.288)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.831)	1.131
Prejuízo/Lucro líquido ajustado	**29.918**	**(104.512)**
Variações no capital circulante		
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	6.197	(89)
Impostos a recuperar	233	1.411
Adiantamentos	(4.777)	184
Despesa antecipadas	17	9
Depósitos caução	(73)	2
Fornecedores	(952)	997
Impostos e contribuições	6.051	2.836
Salários e encargos sociais	(1.194)	199
Adiantamento de clientes	-	(173)
Receita Diferida	616	(1.817)
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	-	(435)
Outros	(1.285)	438
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(4.758)	(2.987)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	**29.993**	**(103.937)**
Fluxo de caixa de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.374)	(350)
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(463)	22.654
Operações com partes relacionadas	11.215	(4.462)
Dividendos recebidos	-	2.920
Investimento	78.977	116.104
Aquisição e construção de propriedade para investimento	(48.414)	50.096
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	**38.941**	**186.962**
Fluxo de caixa de financiamentos		
Dividendos pagos	(69.186)	(86.558)
Ações e tesouraria	-	3.551
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(69.186)**	**(83.007)**
Fluxo de caixa	**(252)**	**18**
Fluxo de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	370	352
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	118	370
Variação de Caixa	**(252)**	**18**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e de 2020.

Nota 1 – Contexto Operacional: A Proffito Holding Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto social, dentre outros, a exploração de Shopping Centers, de prédios comerciais e ou industriais, próprios ou de terceiros, planejamento econômico, exploração de estacionamentos, e a participação como sócia ou acionista em outras sociedades e empreendimentos. **Nota 2 – Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **(a) Uso de estimativas.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações financeiras da companhia incluem estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, imposto de renda, contribuição social e outras similares. Por serem estimativas, é normal que variações possam ocorrer quando das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. **(b) Apuração do resultado do exercício.** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia reconhece de forma proporcional a sua participação nos aluguéis pagos e custos correspondentes repassados pelos condomínios, com base no percentual de participação da Empresa nesses empreendimentos. **(c) Contas a receber.** Incluem os aluguéis a receber. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa. A administração da empresa considera a referida provisão como suficiente para cobrir possíveis perdas, tendo sido adotado como critério o provisionamento, substancialmente, de todos os valores a receber conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas. Com isso, a totalidade do saldo do contas a receber do lojista é provisionado considerando o percentual desta faixa, inclusive o seu saldo a vencer. **(d) Propriedade para investimento.** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. As propriedades para investimento são reconhecidas pelo seu valor justo. As avaliações foram feitas por especialistas internos utilizando modelo proprietário considerando o histórico de rentabilidade e fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Anualmente são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos. As variações de valor justo são reconhecidas no resultado. **(e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de custo ou realização e inclui, quando aplicável, os encargos financeiros auferidos, reconhecido pró-rata até a data do balanço. **(f) Imposto de renda e contribuição social**. São calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: Imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; e Contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%. **Nota 3 –** Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 790.998.079,15 (2020 R$ 706.283.654,47 mil), dividido em 607.886.557 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Eduardo Langoni - Diretor - CPF: 023.403.067-44; Bianca Viana Bastos Marcelino - Diretora - CPF: 775.000.243-04; Rafael da Silva Bittencourt - Contador - CRC: 110239/O-4 - CPF: 055.635.647-03

Petrobras: 63 ativos da foram vendidos no governo Bolsonaro

Companhia completa 69 anos de fundação nesta segunda-feira

Criada no dia 3 de outubro de 1953, durante o governo de Getúlio Vargas (1882-1954), como uma empresa estatal de petróleo, a Petrobras chega aqui com parte do seu patrimônio privatizado.

Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/subseção FUP), com base em números divulgados pela petroleira, mostra a velocidade do processo de privatização de unidades da empresa, sobretudo no atual governo.

De 2013 a agosto de 2022 (9 anos), a Petrobras vendeu 94 ativos (80 no Brasil e 14 no exterior), totalizando US$ 59,8 bilhões. Somente no período Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e agosto deste ano, foram vendidos 63 ativos (67% do total até aqui), no valor de US$ 33,9 bilhões, incluindo subsidiárias estratégicas, como a BR Distribuidora, refinarias, campos de petróleo, terminais, gasodutos, termelétricas, usinas eólicas, entre outros.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos filiados afirmam não ter motivos para comemorar os 69 anos da Petrobras, que se completam nesta segunda-feira. "A maior empresa estatal do Brasil, que historicamente impulsionou o desenvolvimento econômico e social do país, está encolhendo, se tornando exclusivamente produtora e exportadora de petróleo bruto, saindo do refino e demais atividades. E nesse movimento, se concentrando no Sudeste e no Sul, encerrando atuação em outras regiões brasileiras", reclamam os integrantes da FUP e sindicatos filiados.

Em relação aos anúncios (teasers) de novos ativos colocados à venda, também no governo Bolsonaro, o ritmo foi superior ao de outros governos: Foram no total 76 teasers, com a média de 1,8 ativos anunciados por mês. No período de junho de 2016 a dezembro de 2018 (dois anos e seis meses), essa média foi de 1,4. E entre janeiro de 2013 e maio de 2016 (três anos e meio), a média de ativos ofertados foi de 0,4 por mês. Os anos de 2019, 2020 e 2021 apresentaram o maior número de unidades da Petrobras vendidas.

Neste mês de aniversário, quatro refinarias continuam na lista de privatização: Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco; Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e Refinaria Alberto Paqualini (Refap), no Rio Grande do Sul.

Até o momento, apenas a Refinaria Landulpho Alves (Rlam) na Bahia, atual Refinaria Mataripe, foi vendida. Porém, houve acordos assinados - mas sem a conclusão da venda ainda - de outras três unidades: Refinaria Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas, Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), no Ceará, e a Unidade de Industrialização do Xisto (Six), no Paraná.

A tendência é analisada também pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), ao constatar que a Petrobras vem reduzindo seu grau de integração e verticalização. "Com os desinvestimentos, a Petrobras vai deixando de ser uma empresa integrada e perde capacidade econômico-financeira de resistir a sobressaltos do volátil mercado global de petróleo e gás natural.

Empresa fatiada

Sob o argumento de 'aumento da concorrência' e 'queda dos preços', a Petrobras está vendendo ativos importantes, em áreas estratégicas, a preços de banana", destaca Deyvid Bacelar, coordenador geral da FUP. Ele observa que a Petrobras chega a esta etapa cada vez mais "suja", ao se desfazer de projetos eólicos e da Petrobras Biocombustível (PBio), produtora de biodiesel.

A venda desses projetos e o corte de investimentos em fontes renováveis vão na contramão das grandes petroleiras mundiais, que ampliam investimentos em energia limpa. "Assim, vemos a Petrobras atingir os 69 anos desmontada, investindo menos, deixando de lado as fontes renováveis e mantendo a política de preço de paridade de importação (PPI), que prejudica os brasileiros com alta de preços e inflação e garante grandes ganhos a seus acionistas, entre os quais boa parcela de estrangeiros", completa o dirigente da FUP.

PCP LATIN AMERICA POWER S.A.
CNPJ nº 08.435.576/0001-93 / NIRE nº 33.300.279.849

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2022. **Data, Hora e Local da Assembleia:** Em 26 de setembro de 2022, às 10:00 horas, na sede da **PCP Latin America Power S.A.** ("Companhia"), na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 701, parte, Leblon, CEP: 22.431-002, cidade e estado do Rio de Janeiro. **Presença e Convocação**: Convocação dispensada, na forma do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante na presente ata. **Presidente e Secretária da Assembleia: Presidente**: Bruno Augusto Sacchi Zaremba; **Secretário**: José Guilherme Cruz Souza. **Ordem do dia:** Aprovar: (i) a redução do capital social da Companhia; (iii) a alteração do art. 5.º do Estatuto Social; (iii) a ratificação das demais disposições e do Estatuto Social; e (iv) a lavratura da ata e demais providências a serem tomadas pelos administradores da Companhia. **Deliberações tomadas pelo único acionista da Companhia:** i) Aprovar a redução do capital social da Companhia, na forma do art. 173 da Lei n.º 6.404/76, por julgá-lo excessivo em relação a seu objeto, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), mediante o cancelamento de 11.920.149 (onze milhões, novecentas e vinte mil, cento e quarenta e nove) ações de emissão da Companhia, passando o capital social de R$ 8.995.374,74 (oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), dividido em 268.065.524 (duzentas e sessenta e oito milhões, sessenta e cinco mil, quinhentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 8.595.374,74 (oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), dividido em 256.145.375 (duzentas e cinquenta e seis milhões, cento e quarenta e cinco mil, trezentas e setenta e cinco) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. ii) Aprovar, em sequência, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Art. 5° - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 8.595.374,74 (oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), dividido em 256.145.375 (duzentas e cinquenta e seis milhões, cento e quarenta e cinco mil, trezentas e setenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* iii) Em decorrência das deliberações tomadas acima, sem quaisquer ressalvas ou emendas, ratificar as demais disposições do Estatuto Social, não alteradas por este instrumento; e iv) Aprovar, por fim, a publicação da presente ata para dar início à contagem do prazo legal de 60 (sessenta) dias, conforme art. 174 da Lei n.º 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e vai por todos os presentes assinada. **Presenças:** Mesa: Presidente – Sr. Bruno Augusto Sacchi Zaremba. Secretário: Sr. José Guilherme Cruz Souza. Acionista: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PCP**. Certifico que a presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2022. Bruno Augusto Sacchi Zaremba - *Presidente;* José Guilherme Cruz Souza - *Secretário.* Acionista: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PCP**. *(Representado por sua gestora Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.).* **ANEXO II - "ESTATUTO SOCIAL DA PCP LATIN AMERICA POWER S.A. CAPÍTULO PRIMEIRO - NOME, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO - Artigo 1** - A Companhia tem a denominação de PCP Latin America Power S.A. e reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2** - A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, como acionista ou quotista. **Artigo 3** - A Companhia tem sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 701, parte, Leblon, CEP: 22.431-002, podendo criar e extinguir filiais, agências ou escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 4** - A Companhia terá duração por tempo indeterminado. **CAPÍTULO SEGUNDO - CAPITAL SOCIAL - Artigo 5** - O capital social é de R$ 8.595.374,74 (oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), dividido em 256.145.375 (duzentas e cinquenta e seis milhões, cento e quarenta e cinco mil, trezentas e setenta e cinco) ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** – A Companhia poderá emitir ações preferencias, de uma ou mais classes, bem como decidir pelo aumento de classes existentes, sem guardar proporção com as demais no limite permitido em lei. **Parágrafo Segundo –** As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio e prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório, na forma do art. 17, § 1º, I da Lei 6.404/1976. **Artigo 6** - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO TERCEIRO - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 7 -** A Assembleia Geral, que é o órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á na sede social ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 8** - A Assembleia Geral será convocada por iniciativa de qualquer dos diretores, do Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou de acionistas, de acordo com o que dispõe a legislação aplicável. **Parágrafo Único** - Independentemente das formalidades previstas acima, na legislação aplicável ou em Acordo de Acionistas arquivado na sede social, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 9** - A Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com acionista(s) que represente(m) no mínimo 1/4 (um quarto) do capital votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 10** - A Assembleia Geral será presidida por qualquer Diretor, acionista ou advogado da Companhia, que convidará qualquer um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 11** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Parágrafo Único** - A prova da representação deverá ser depositada na sede da Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia. **Artigo 12** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Companhia, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 13** - Os acionistas terão os poderes para decidir todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja das Assembleias Gerais dos Acionistas, conforme determinado pela lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos ("**Lei das S.A.**") ou pelo Estatuto Social. **Artigo 14** - As deliberações tomadas constarão de atas, que deverão ser rubricadas e assinadas pelos presentes, registradas em livro próprio e perante o Registro do Comércio, se necessário. **CAPÍTULO QUARTO – ADMINISTRAÇÃO - Seção I - Normas Gerais - Artigo 15** - A administração da Companhia compete à Diretoria, cujos membros serão eleitos para um mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Primeiro** - Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros da Diretoria. **Parágrafo Segundo** - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, admitida a reeleição. **Seção II – Diretoria - Artigo 16** - A Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, todos Diretores sem designação específica. **Parágrafo Primeiro** - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos de acordo com a indicação da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** - Em caso de vacância do cargo de Diretor, será imediatamente convocada Assembleia Geral para eleição do substituto, de forma a preencher o mínimo de cargos de diretoria exigido por este Estatuto. **Artigo 17** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer dos Diretores por escrito, através de fax ou correio eletrônico, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. O quórum de instalação da reunião é a maioria dos Diretores em exercício. **Parágrafo Primeiro** - A convocação de que trata o *caput* desse Artigo 17 se dará por dispensada quando presentes, à respectiva reunião, todos os Diretores. **Parágrafo Segundo** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião e, serão lavradas, em Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria, devendo as atas ser assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 18** - A Diretoria é o órgão de administração executiva da Companhia, cabendo-lhe executar a política e as diretrizes básicas definidas pela Assembleia Geral, bem como a representação da Companhia. **Artigo 19** - Competem à Diretoria, além daquelas fixadas em lei, as seguintes atribuições: (a) implementar os planos e programas previstos para a Companhia, conforme definidos em Assembleia Geral; (b) executar a política comercial, técnica, administrativa e financeira da Companhia, de acordo com os Planos de Negócios e orçamentos da Companhia; (c) admitir e demitir empregados; (d) executar os orçamentos anuais e plurianuais, dentro das diretrizes básicas estabelecidas pela Assembleia Geral; (e) preparar e submeter à apreciação da Assembleia Geral todos os documentos exigidos na legislação aplicável e neste Estatuto Social, necessários à boa administração da Companhia, incluindo, mas não limitado às demonstrações financeiras anuais; (f) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e executar as deliberações da Assembleia Geral; (g) movimentar e encerrar contas bancárias, bem como emitir, endossar, aceitar e descontar cheques e títulos de crédito, em operações ligadas às finalidades sociais; (h) negociar e celebrar contratos, bem como assinar quaisquer outros documentos em nome da Companhia, sempre em operações relacionadas às finalidades sociais e respeitada ainda a eventual necessidade de aprovação prévia de determinados negócios jurídicos pela Assembleia Geral; (i) representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas, naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, suas autarquias e empresas públicas; e (j) representar a Companhia nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios e/ou qualquer outro tipo de reunião em sociedades em que a Companhia detenha participação, inclusive no que diz respeito ao exercício do direito de voto pela Companhia. **Artigo 20** - A Companhia se obriga, observadas as exceções previstas no Parágrafo Primeiro abaixo, por ato ou assinatura de (i) dois Diretores; (ii) um Diretor e um procurador com poderes específicos e outorgados na forma do Parágrafo Segundo abaixo; ou (iii) dois procuradores, agindo em conjunto, com poderes específicos e outorgados na forma do Parágrafo Segundo abaixo. **Parágrafo Primeiro** – A representação da Companhia perante ICP-Brasil órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias, cartórios, Receita Federal, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, em atos que não impliquem em qualquer responsabilidade financeira ou obrigação pecuniária, poderá ser realizada por qualquer Diretor ou Procurador agindo isoladamente, constituindo tal hipótese exceção única à regra disposta no *caput* do Artigo 20 acima. **Parágrafo Segundo** - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores, devendo ser especificados, no respectivo instrumento de mandato, os atos ou operações que o procurador poderá praticar e a duração do mandato, que não poderá ser superior a 1 (um) ano, exceto para procurações *ad judicia*, que podem ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 21** - É vedado aos Diretores obrigar a Companhia em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objetivo social, sendo certo que é permitida a outorga de avais, fianças e outras garantias em favor de qualquer sociedade que seja, direta ou indiretamente (i) controlada pela Companhia, (ii) que esteja sob controle comum com a Companhia, ou (iii) que seja controladora da Companhia. **CAPÍTULO QUINTO - CONSELHO FISCAL - Artigo 22** - A Companhia terá um Conselho Fiscal integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, ao qual competirão as atribuições previstas em lei. **Parágrafo Primeiro** - O funcionamento do Conselho Fiscal não será permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas nos termos do art. 161 da Lei das S.A. **Parágrafo Segundo** - O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia, ainda que a matéria não conste do edital de convocação. **Parágrafo Terceiro** - A Assembleia que receber pedido de funcionamento do Conselho Fiscal e instalar o órgão deverá eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração. **Parágrafo Quarto** - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **CAPÍTULO SEXTO - EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO - Artigo 23** - O exercício social iniciar-se-á no dia 1 de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano, data em que serão levantados o balanço geral e os demais demonstrativos exigidos por lei. **Parágrafo Único** - Sem prejuízo do levantamento do balanço geral e dos demais demonstrativos exigidos por lei ao final de cada exercício social, conforme disposto no caput deste artigo, a administração da Companhia poderá levantar balanços intermediários referentes a períodos iguais ou maiores que 6 (seis) meses, sendo permitido à Assembleia Geral deliberar acerca da apuração, declaração e distribuição de dividendos intermediários, seja à conta de lucros acumulados no período de referência dos referidos balanços intermediários, seja à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **Artigo 24** - Salvo a deliberação em contrário, o dividendo será pago no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, sempre, dentro do mesmo exercício social em cujo pagamento tenha sido deliberado. **CAPÍTULO SÉTIMO - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO - Artigo 25** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **CAPÍTULO OITAVO – LEI APLICÁVEL - Artigo 26** - Este Estatuto será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **CAPÍTULO NONO – JUÍZO ARBITRAL - Artigo 27 -** A Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e os membros dos Comitês técnicos e consultivos, quando criados nos termos deste Estatuto Social ou da Lei das Sociedades por Ações, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social e nas demais normas pertinentes."

ONU: Ativos do Afeganistão congelados pertencem ao povo afegão

"Acreditamos que os bens do Afeganistão que foram congelados no ano passado por vários estados pertencem ao povo afegão e todos os esforços devem ser feitos para encontrar maneiras de usar esses fundos em seu benefício", disse Stephane Dujarric, porta-voz do secretário-geral da ONU, António Guterres. "É essencial que todos esses fundos sejam tratados de forma transparente e responsável, respeitando as sanções internacionais e precisam garantir que nenhum dinheiro seja usado para fins ilícitos", acrescentou.

Questionado se a Organização das Nações Unidas acredita que a decisão do presidente dos EUA, Joe Biden, de desviar metade dos ativos afegãos que ele congelou para uso doméstico dos EUA está errada, Dujarric disse que "acreditamos que os ativos afegãos pertencem ao povo afegão e devem ser gastos em uma forma transparente que beneficie o povo afegão".

A Agência Xinhua lembra que Biden assinou em fevereiro uma ordem executiva para libertar US$ 7 bilhões dos mais de 9 bilhões de dólares que ele havia congelado e confiscado depois que o Talibã assumiu o Afeganistão no ano passado, e dividiu o dinheiro entre ajuda humanitária para o Afeganistão e um fundo para as vítimas do ataque terrorista contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001.

DOMMO ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 08.926.302/0001-05
Companhia Aberta - B3: DMMO3
NIRE 33.3.0030439-8

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

A administração da **Dommo Energia S.A.** ("Dommo" ou "Companhia") nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Dommo, convoca os Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de outubro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Lauro Müller, nº 116, 12º andar, sala 1.201, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberar sobre o protocolo e justificação da incorporação da totalidade das ações ordinárias que compõe o capital social da Dommo ao patrimônio de Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A. ("OpCo") ("Incorporação de Ações"), celebrado em 1 de outubro de 2022 entre as administrações da Companhia e da OpCo, com a interveniência da Prisma Capital Ltda., da PSS Petro LLC e da Petro Rio S.A. ("Protocolo e Justificação"), e sobre a Incorporação de Ações; **(ii)** autorizar a administração da Dommo a praticar todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo, sem limitação, a subscrição e integralização das ações a serem emitidas por OpCo por conta e ordem dos acionistas da Dommo. **Instruções Gerais:** Todos os documentos pertinentes às matérias que compõe a ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária estão disponíveis para consulta na sede e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.dommoenergia.com.br/ri) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br). Informações detalhadas sobre a documentação necessária para participação na Assembleia Geral Extraordinária, que acontecerá de forma exclusivamente presencial, podem ser encontradas na Proposta da Administração, que está disponível para consulta na sede e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.dommoenergia.com.br/ri) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br). O Departamento de Relações com Investidores da Dommo estará disponível através do e-mail ri@dommoenergia.com.br. para esclarecer eventuais dúvidas dos acionistas da Companhia sobre a participação na Assembleia Geral Extraordinária. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2022. **DOMMO ENERGIA S.A.** Edgard dos Santos Erasmi Lopes - Presidente do Conselho de Administração.